

Garcia, Ronaldo Coutinho

Working Paper

Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil

Texto para Discussão, No. 1373

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Garcia, Ronaldo Coutinho (2009) : Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil, Texto para Discussão, No. 1373, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91011>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1373

ALGUNS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Ronaldo Coutinho Garcia

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1373

ALGUNS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL*

Ronaldo Coutinho Garcia**

Produzido no programa de trabalho de 2008

Brasília, janeiro de 2009

* Esclarecimento: Da produção deste texto (fevereiro de 2008) à sua publicação, por força das circunstâncias, muito tempo se passou. E aqui, o *muito* deve ser referido à dinâmica acelerada a que estão submetidos os processos sociopolítico-econômicos na atualidade. A crise iniciada com a derrocada dos títulos *sub-prime* norte-americanos ainda não mostrava todo o seu potencial devastador. Abordá-la aqui iria exigir mais tempo e competência que os disponíveis. Todavia, o autor acredita que muito do apresentado a seguir ainda faz algum sentido, até mesmo porque a natureza e a amplitude dos macrodesafios nacionais permanecem. Torço para estar enganado.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea. ronaldo.garcia@ipea.gov.br.

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário
de Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

Secretaria de Assuntos Estratégicos



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos
João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação
Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL O11; O21; O23 e H50

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO	7
2 A CONFORMAÇÃO DO CONTEXTO PRESENTE	8
3 QUAL DESENVOLVIMENTO?	11
4 OBSTÁCULOS E ALERTAS	13
5 NÃO SUBESTIMAR OS DESAFIOS E SE PREPARAR PARA ENFRENTÁ-LOS	25
6 LIGEIRO OLHAR SOBRE O MOVIMENTO RECENTE DA REALIDADE BRASILEIRA	28
7 RUMO AO DESENVOLVIMENTO?	35
8 É DIFÍCIL, MAS NÃO É IMPOSSÍVEL	43
REFERÊNCIAS	47
SIGLAS	49

SINOPSE

Este texto foi elaborado entre janeiro e fevereiro de 2008, com o propósito de subsidiar as discussões internas ao Ipea, com vistas à definição do programa de trabalho do instituto para o período 2008-2010. A idéia que o orientou era a de provocar um debate que fosse além das fronteiras estritamente setoriais, impostas pela excessiva especialização acadêmico-profissional e pela profunda segmentação do arranjo institucional/organizacional responsável pela execução das políticas de governo. Nesse intento, buscou-se menos o rigor formal característico da produção do Ipea e mais a busca de relações entre as diversas dimensões da vida social, que se entende necessária para apanhar a complexa e permanente interação entre variáveis cruciais, normalmente tratadas isoladamente no âmbito de cada especialidade/setor de governo. É este movimento interativo o produtor dos magnos problemas, que requerem dos governos e das sociedades compreensão acurada e a intervenção pertinente e competente. Assim serão superados os desafios ao desenvolvimento brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

*O nacionalismo é uma virtude**

Carlos Drummond de Andrade

Desde o final dos anos 1980 nós, brasileiros, deixamos de nos indagar sobre o que poderíamos ou gostaríamos de ser como nação. Há uns treze anos, o então presidente da República afirmou que o Brasil não mais seria um país subdesenvolvido, mas apenas injusto. Esqueceu, ou conscientemente ignorou, que todos os países considerados desenvolvidos são muito mais igualitários que o nosso. E não explicou o que seríamos se não mais éramos subdesenvolvidos. Da afirmação presidencial aos dias de hoje pouco se falou sobre o Brasil que desejamos e como construí-lo.

Alguns, no entanto, começam a acreditar que estaríamos ingressando em um auspicioso processo de crescimento econômico sustentado, o qual nos levará, automaticamente, à condição de sociedade nacional desenvolvida. Estão retomando a crença, que embalou a muitos durante os anos 1950/70, de que bastaria ter uma economia movendo-se a taxas consideráveis para sanar nosso país de todos os males. Não concebem grande parte dos problemas hoje existentes como o resultado dos anos de crescimento acelerado com concentração de renda, com inobservância dos preceitos democráticos, com desconsideração por um ordenamento da ocupação do território e pela dinâmica ambiental, entre outras deficiências. Hoje não demandam clara visão de futuro, continuam a desprezar o planejamento organizador do conjunto e produtor de consistência ao longo da caminhada. Não aceitam a construção de novas institucionalidades e novas regulações. Correm enormes riscos sem terem consciência deles. É um indicador de quão difícil é aprender com a história, com os erros cometidos no passado, e tentar o novo.

Pensar o desenvolvimento nacional na atualidade é um enorme desafio. Obviamente, a tarefa que se propõe aqui não é dizer como deve ser construído o desenvolvimento brasileiro. O objetivo deste texto, ainda assim bastante ambicioso, é o de tentar delimitar a extensão e as características do desafio de trilhar uma trajetória que permita superar a condição na qual nos encontramos, ou seja, melhor apreender a natureza dos problemas a serem enfrentados e dos obstáculos a serem ultrapassados.

Entende-se ser essa uma condição preliminar para logarmos alguma chance de sucesso na empreitada maior: a de formular um projeto de desenvolvimento, com as políticas e instrumentos que lhe darão materialidade, e levá-lo à prática. Admite-se que assim procedendo se ganha em clareza e se torna menos problemático encontrar os nexos que possibilitem relações fortes entre a situação atual vivida pelo país, a imagem-objetivo de um Brasil desenvolvido, e a construção do caminho que liga uma a outra.

Importa estabelecer, desde o início, que a perspectiva a ser impressa à tarefa não é de natureza teórica ou acadêmica. A inserção institucional do autor obriga a que se pense o desenvolvimento enquanto um projeto político nacional coordenado pelo Estado e conduzido, na prática, sob a liderança do governo federal. Um governo legítimo, democrático, comprometido, desassombrado e determinado a fazer do Brasil um país melhor para o seu povo (de hoje e das futuras gerações), solidário com os vizinhos sul-americanos e compromissado com a paz e a cooperação entre os povos.

* *lr.* "Eu também sou brasileiro".

2 A CONFORMAÇÃO DO CONTEXTO PRESENTE

É importante e cabe reconhecer que desenvolvimento nacional é uma noção que ainda carece de conceituação pacífica. Ademais, sofreu influência profunda de formulações impregnadas de poderoso determinismo mecanicista, presente nos dois grandes grupos de pensamento/interesses que deram a tônica nas discussões e proposições sobre o desenvolvimento. O das vertentes liberal-conservadoras considerava o desenvolvimento exclusivamente em sua dimensão econômica, como um processo evolutivo rumo ao que eram os Estados Unidos e a Inglaterra ou a França, a Alemanha, os países escandinavos. Entre os defensores de concepções e formulações reformistas ou revolucionárias havia a convicção de que o desenvolvimento das forças produtivas, materializado na industrialização, resolveria senão todos, pelo menos quase todos os problemas dos países considerados subdesenvolvidos. Tal processo levaria à sonhada libertação nacional das garras do imperialismo, podendo, eventualmente, encaminhar as sociedades nacionais rumo ao socialismo.

As abordagens construídas no âmbito do estruturalismo cepalino também faziam uma grandiosa aposta nas promessas da industrialização substitutiva de importações, vista como o caminho para o desenvolvimento nacional, para a erradicação da miséria e para a superação das desigualdades regionais. A sua herança, a perspectiva histórico-estrutural (Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, J. M. Cardoso de Mello, Carlos Lessa, entre outros), possibilitou, no entanto, a identificação dos seus limites e avançou na formulação de entendimentos que ainda guardam grande potencial interpretativo e propositivo.

Lastimavelmente, a história dos últimos sessenta anos revelou a insuficiência das duas correntes de pensamento e das políticas por elas influenciadas. Nesse período de tempo ocorreram transformações de vulto em nosso país, e em muitos outros da América Latina, sem que tivéssemos alcançado a condição de desenvolvidos. Mais recentemente aconteceram mudanças profundas em escala mundial e nacional que tiraram grande parte da capacidade explicativa e orientadora das idéias elaboradas nas décadas posteriores à II Grande Guerra.

A criação de novos materiais, a química fina, a indústria de alta precisão, a nano e a biotecnologia, e, principalmente, as novas tecnologias da microeletrônica, da informática, da automação, e a integração planetária pelas comunicações via satélites deram novas forças aos países centrais. Por conta da potência destas tecnologias e das virtuosidades que criaram, esses países foram deslocados para patamares muito superiores em termos de poderio econômico, financeiro, comercial, ideológico-cultural, tecnológico e militar. Ficaram ainda mais distantes da periferia, industrializada ou não, democrática ou não, produtora de energia ou não, detentora ou não de recursos naturais importantes. O acelerado ritmo de introdução de inovações nos processos produtivos de bens e serviços tem feito com que as distâncias não diminuam, mas, ao contrário, aumentem cada vez mais.

As crises americanas do começo da década de 1970 redundaram, praticamente, no fim do Acordo de Bretton Woods. A partir de então, órgãos da cúpula do governo estadunidense, as grandes corporações e os organismos multilaterais dominados pelos EUA (Banco Mundial e FMI) iniciaram a formulação de uma doutrina com vistas a condicionar a evolução das economias nacionais da periferia, do sistema financeiro mundial e do comércio internacional ao que entendiam ser os seus objetivos maiores.¹

1. Ver Martins (1975).

Tal doutrina foi sendo progressivamente aperfeiçoada e para ela desenvolvidos instrumentos e justificativas técnico-teóricas (com o forte apoio dos centros acadêmicos e dos *think tanks* sob patrocínio) e, desde então, implementada por partes ou no todo em diversos países periféricos onde e quando pudessem ser criadas as condições para tanto. Em simultâneo, articulando os países centrais, desencadearam uma ofensiva nos fóruns e organizações internacionais com o objetivo de estabelecer convenientes e poderosas regras que permitissem acelerar e validar a disseminação dos seus interesses. Ao término dos anos 1980 do século passado, toda esta estratégia ganha nome e formato, e o mundo toma conhecimento do que veio a ficar consagrado como o Consenso de Washington.² A sua já rápida difusão vinha sendo patrocinada pelas políticas e iniciativas dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

Era uma difusão mesclada com imposição por parte dos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI. Os principais e mais prestigiados centros acadêmicos anglo-americanos tiveram papel decisivo em tal processo, pois davam aparência “científica” às formulações político-ideológicas, produziam os manuais, os modelos, os instrumentos operacionais e as recomendações técnicas para levá-las à prática. E, principalmente, formavam os professores, técnicos, dirigentes públicos dos nossos periféricos países, os responsáveis pela implementação do receituário dos governos nacionais.

As conseqüências da implementação dessa estratégia são conhecidas: os problemas socioeconômicos dos países da periferia se agravaram, foram reduzidos os seus potenciais e destruídos poderosos instrumentos de promoção do desenvolvimento nacional.³ No caso brasileiro, a manifestação concreta pode ser encontrada na acelerada degradação do aparato estatal e brutal redução da capacidade de governo, na abertura comercial abrupta e despreparada, na privatização das empresas estatais, na demissão do governo federal de inúmeras atribuições essenciais (mediante descentralização para os outros níveis de governo despreparados para assumir os encargos resultantes), na submissão aos ditames dos países centrais para o ingresso em organizações e tratados

2. Em 1989, o Institute for International Economics, um think-tank conservador, promoveu reunião em Washington, com economistas liberais latino-americanos, funcionários do governo norte-americano, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O tema do encontro, *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, tinha como objetivo avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina. O diretor do instituto, John Williamson, foi quem organizou os pontos de consenso entre os participantes, dando origem ao que ficou conhecido como o *Consenso de Washington* :

1. Disciplina fiscal, pela qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público.
 2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde, infra-estrutura, segurança pública.
 3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos.
 4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor.
 5. Taxa de câmbio competitiva.
 6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia.
 7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro.
 8. Privatização, com a venda de empresas estatais e descentralização das ações do governo central.
 9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas.
 10. Defesa da propriedade intelectual.
3. Seja aqui lembrado que esse processo foi antecedido pelo acelerado endividamento dos países da periferia, iniciado com a crise do petróleo, incentivado pela elevada liquidez internacional dos anos 1970, tornado dramático com a elevação abrupta dos juros norte-americanos entre 1979 e 1982.

por eles concebidos, no baixo crescimento econômico, nas crises cambiais sucessivas, no aumento das vulnerabilidades em diversas dimensões, no dilaceramento do tecido social brasileiro, entre muitos outros.

Em paralelo a esse processo devastador ocorre outro que irá reforçá-lo e potenciá-lo. O desmoronamento do mundo do socialismo real na Europa, em particular da União Soviética, eliminou alternativas programáticas, encurtou o horizonte utópico, desmobilizou grande parte das elaborações emancipatórias, desorganizou e rebaixou o debate teórico e político-cultural sobre as possibilidades de desenvolvimento da periferia. A concentração unipolar, em escala mundial, do poder econômico e científico-tecnológico, militar, político e ideológico conferiu grande velocidade à onda neoliberal (o thatcher-reaganismo com roupagem acadêmica) .

O neoliberalismo engendrou o pensamento e o caminho únicos em quase toda a nossa sofrida Latino-América. Eles haviam sido precedidos e foram reforçados pelo avanço das formas simplistas e alienantes de se pensar e explicar o mundo. Ignorando ou fazendo ignorar os problemas complexos, pois exigem saberes que não são encontrados nas disciplinas acadêmicas e menos ainda em seus subconjuntos, nos quais se aprofundam os especialistas, as formas simplistas e alienadoras do que importa no mundo real radicalizaram na criação de especialidades. Ora, é sabido que “os problemas essenciais nunca são parcelados (...) e a cultura científica e técnica disciplinar parcela, desune e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil sua contextualização (...) o recorte das disciplinas impossibilita apreender o que está ‘tecido junto’, o sentido original do termo, o complexo. O conhecimento especializado é uma forma particular de abstração”.⁴ No entanto, o que mais se fez foi aprofundar a impossibilidade de se pensar globalmente, de lidar com os problemas complexos referentes ao processo de desenvolvimento nacional.⁵ E nesta desconstrução a “ciência” econômica teve papel decisivo.

A natureza colonizadora da “ciência” econômica tentou (na maior parte das vezes com sucesso) mercadorizar todas as dimensões da vida. Passou-se a falar de mercado eleitoral, dos mercados da cultura, do lazer, dos esportes, do mercado espacial, das águas, das profundezas oceânicas, das religiões, do sexo etc. Da economia do casamento, da família, do afeto, da saúde, da educação, do meio ambiente, do conhecimento e da informação, da economia das trocas simbólicas. Neste reducionismo sábio e interessadamente construído, o pensamento e o caminho únicos ganhariam substância com a aplicação rigorosa dos ditames do Consenso de Washington.

Tudo se resumia à economia, à estabilização monetária, à política fiscal contracionista, às promessas do comércio livre, à desregulação, às intermináveis reformas. A abertura das fronteiras nacionais seria um fenômeno avassalador e inexorável, sob a qual os estados nacionais perderiam poder e capacidades, já que os espaços da nacionalidade passariam a ser mais virtuais do que delimitadores de soberania. O mercado deificado distribuiria a felicidade e a prosperidade a todos os crentes, reduziria as desigualdades, eliminaria o atraso e acabaria com as crises cíclicas do capitalismo.⁶ Prometeram o nirvana e entregaram crises, desespero, miséria, impotência nacional etc.

4. Morin (2000).

5. A especialização segmentadora começa a ser reconhecida, no próprio ambiente acadêmico, como um processo que leva a uma redução dos horizontes intelectuais, e tanto mais quanto mais precoce se der (Castro Santos, 1998).

6. Ver, por exemplo, Tavares e Fiori (1993).

A criação de novas regras, não eqüitativas, para o comércio internacional (Organização Mundial do Comércio – OMC), para o acesso ao conhecimento, à tecnologia e à informação (TRIPS),⁷ e para o crédito e o financiamento (Acordo de Basiléia) se deram sob essa ofensiva ideológica. Concretamente, produziram restrições pesadas para os países periféricos, dadas as fortes assimetrias de poder, conhecimento, informação e organização existentes nesses espaços.

Esses e outros processos ocorrendo (quase) simultaneamente moldaram a chamada globalização. Nela, ganha ascendência a forma financeira de riqueza, possibilitada pela mobilidade excepcional dos capitais entre ativos, setores, países. Exigindo cada vez mais liberdade de movimento, consegue, pela combinação dos instrumentos descritos, reduzir as barreiras e os controles nacionais sobre o comércio e sobre os fluxos do dinheiro, inclusive investimentos. A contrapartida é os países da periferia verem igualmente reduzidos os respectivos poderes de ditarem os seus próprios destinos nacionais.

Se, por um lado, essa reconfiguração do mundo estreitou as possibilidades de projetos nacionais de desenvolvimento, ao mesmo tempo os fez mais necessários e prementes. Obviamente, no Brasil a tarefa de construir tal projeto ganhou complexidade proporcional à fragilidade diretiva do Estado, à heterogeneidade e segmentação da sociedade nacional, à diversidade da economia, à instabilidade do mundo hiperconectado por um capital desregulado, à incerteza que domina todos os campos da atividade humana e à anêmica vontade das elites dirigentes de assumirem papel protagônico no processo, se é que o vislumbram como algo necessário.

Não bastassem as dificuldades apresentadas, há de ser adicionalmente considerado que quase todas as formulações e proposições produzidas pelos nossos grandes teóricos, técnicos e homens de ação foram feitas em uma época cujas características eram muito diferentes da situação presente. Daí que uma pergunta se antecipa.

3 QUAL DESENVOLVIMENTO?

A capacidade analítica, interpretativa e propositiva de Celso Furtado (a perspectiva histórico-estrutural e a profunda compreensão das especificidades da periferia e particularmente do Brasil) aponta para a resposta a ser construída. O Mestre conhecia a natureza multidimensional do processo de desenvolvimento e não o reduzia à sua expressão estritamente econômica.

“O ponto de partida do desenvolvimento deveria ser (...) o horizonte de aspirações da coletividade, considerada esta não abstratamente, mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido, assim como o sistema de decisões que prevalece nessa sociedade e os fatores limitantes que escapam ao poder interno de decisão. Desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade, em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade”. (FURTADO, 1968, p.17-18)

Se assim for, empreender o desenvolvimento de uma nação passa a ser uma tarefa de toda a sua sociedade. Trata-se, então, de construir o futuro de acordo com as vontades expressas da maioria dos atores sociais integrantes da nacionalidade. Seria um processo complexo, que se manifesta em múltiplas dimensões, demanda diversos e

7. TRIPS: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

variados recursos, sendo muito exigente em coesão social e liderança política. Requer, ademais, fina coordenação produtora das necessárias convergências e das sinergias potencializadoras de novas qualidades. Ou seja, não se faz sem um Estado com ampla e competente capacidade de condução política, sem governos perseverantes, íntegros e unos. É o que nos mostra a história dos séculos XIX e XX e a presente trajetória exitosa de importantes países.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento não comportaria qualificativo (do tipo desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento político-cultural, entre quaisquer outros). Como de novo alerta Celso Furtado,⁸ não se confunde com o simples crescimento econômico, ainda que este seja um dos seus requisitos, se realizado em bases promotoras de equidade social e de sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento, como o que a sociedade brasileira está, difusamente, a reclamar, tem que se manifestar em todas as dimensões relevantes da vida nacional: social; cultural; política; institucional; econômica; financeira; científico-tecnológica; regional: comunitária; ambiental; administrativa etc. Tem que se espriar por todo o território, rural, urbano, metropolitano. Tem que articular direcionadamente todos os poderes da República: o Executivo; o Legislativo; o Judiciário. Tem que envolver virtuosa e integradamente todas as instâncias federativas: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Isto é o que revela, hoje, os países considerados desenvolvidos.

Se há alguma dimensão mais decisiva para o processo de desenvolvimento é a da política. É nela que se dão as escolhas que conformarão um novo país; é dela que surgem os acordos sociais que darão o suporte necessário a executar as escolhas feitas. Na política democrática se constróem viabilidades, são criadas as condições para se fazer o necessário. Na política democrática e participativa são ampliados os espaços de possibilidades. Mediante o sincero diálogo social, consensos podem ser produzidos, interesses diferentes podem ser concertados, acordos estabelecidos e o desenvolvimento desejado pode ser alcançado. É com a política que desafios são enfrentados, obstáculos são transpostos, as sociedades se fazem, a cidadania se afirma e a democracia se realiza. A vontade política coletiva sustenta a determinação governamental através dos tempos, levando as nações aonde elas aspiram chegar.

Nos processos exitosos de desenvolvimento nacional, a simultaneidade de movimentos transformadores nas diversas dimensões referidas foi freqüente. Todavia, a sincronicidade, ainda que desejável nem sempre é possível, seja por razões políticas, institucionais, econômicas, técnicas/tecnológicas, ou quaisquer outras. A experiência histórica⁹ parece referendar a interpretação de que talvez mais importante do que a simultaneidade convergente de mudanças nos âmbitos ideológico-cultural, socioeconômico, político-institucional, organizativo-tecnológico e todos os outros, é a sinergia intertemporal entre as mais importantes transformações nas estruturas, relações e instituições criadoras de nações que se desenvolveram e que continuam avançando. Ou seja, se tudo puder ser feito ao mesmo tempo de forma coerente, articulada e potente, ótimo. Se não, que seja feito à medida que vão sendo criadas as viabilidades, que os espaços de liberdade de iniciativa se ampliam, mas sempre produzindo efeitos sinérgicos portadores de novas qualidades, potencializadores de avanços consistentes com o grande projeto da nacionalidade.

8. SEDES/PR (2004).

9. Ver, por exemplo, Chang (2003).

Fica também sugerido pelas histórias nacionais bem-sucedidas que esse projeto nacional de desenvolvimento somente empolga a nacionalidade quando partindo de uma visão de futuro ofertada por o Estado, único ator capaz de uma formulação global, integradora das múltiplas dimensões da vida, que contemple o interesse geral e que pode negociar interesses particulares, articulando-os em um jogo de soma positiva, temporalmente alongado. Atores singulares conseguem, mesmo quando solidários aos setores subalternos e possuidores de alguma visão nacional, formular projetos de país com viés fortemente interessado e com perspectiva estreita de prazo.

A proposta de Norbert Elias¹⁰ de entender o desenvolvimento nacional como um processo de *mudança social estruturada*, no bojo de um movimento contraditório, tenso, entre as forças da manutenção da configuração presente e as forças da transformação orientada por um projeto capitaneado pelo Estado, pode ser útil. Para que a mudança social, conformadora de uma nação desenvolvida, possa ser estruturada, será necessária a permanente presença de princípios ou valores que dêem lógica organizativa à ordem que constrói a nova realidade social. Dada a nossa situação, é crucial que sejam criadas as condições viabilizadoras de um consenso, base para a dominação de um valor maior, o da equidade, entendida como o que conduz à redução das desigualdades. A equidade deverá subordinar outros valores – a democracia; a solidariedade, a conservação ambiental – que *simultaneamente* presidirão a mudança estruturada. No Brasil, além destes valores, um objetivo é inarredável: a elevação sistêmica da produtividade de toda a estrutura econômica, como meio para reduzir a enorme desigualdade existente em seu interior e assegurar vida digna a todos.

Há de ser reconhecido, entretanto, que as condições sociopolíticas brasileiras da atualidade não são das mais favoráveis, ainda que, momentaneamente, a dimensão econômica possa ser vista como razoável. Ademais, faltam conceitos, teorias, métodos, técnicas e concepções organizacionais que permitam elaborar propostas de ação exequíveis, abrangentes o suficiente para dar expressão prática à noção mais ambiciosa de desenvolvimento. Conceber tais instrumentos é uma necessidade premente, mas que exige o compartilhamento de esforços de todos os que puderem cooperar com o propósito. Este é um repto a ser posto perante todos os que possam contribuir para o seu enfrentamento.

4 OBSTÁCULOS E ALERTAS

Para entender o processo de desenvolvimento nacional e habilitar-se a elaborar propostas que o viabilizem nas concretas condições brasileiras, um importante obstáculo terá que ser ultrapassado pelos que se aventurarem a concebê-lo e por aqueles que se proponham a empreendê-lo: o medo de pensar grande, de criar, de experimentar, de ousar.

Desde o início da década passada a sociedade brasileira foi submetida a um paralisante regime de contenção mental, de inibição e empobrecimento intelectual, de rebaixamento de expectativas, de redução de ambições. Se a Nova República e a Constituinte permitiram que sonhássemos um país diferente e melhor, a realidade acabou se mostrando mais dura que os piores pesadelos. Durante os primeiros anos da década de 1990 tivemos que enfrentar o desvario e, como em muitos anos anteriores, viver o terror da inflação acelerada.

10. Ver Elias (2005) – em especial, o item *A evolução do conceito de desenvolvimento* (p.159-167).

O pensamento e caminho únicos, no entanto, vinham se instalando entre nós, destruindo sinapses e apagando neurônios. Em meados da década já nos diziam que não existiam alternativas, não existia uma única alternativa, nunca existiriam alternativas. O futuro estava dado, a criatividade e a invenção proibidas, a imaginação abolida. Nada além de conformação. Querer ser uma nação ativa e soberana era algo jurássico. Conceber um projeto nacional, um Estado protagônico, uma cidadania ativa e partícipe da direção do processo transformador era ser irresponsável. Daí, passamos a discutir risco-país, classificações Standard & Poor's ou JPM, superávits primários, taxas Selic, metas de inflação, déficits em conta corrente, índices Dow Jones, Nasdaq, Nikkey, *hedges*, *swaps*, *spreads*, contas CC-5, cotações do dólar e do euro, entre outros termos que são meras abstrações para a grande maioria da população e que não constituem bases essenciais para se pensar o desenvolvimento do país.

Nesse processo, fomos aceitando não crescer o PIB a 7% ao ano, como o fizemos por mais de três décadas, conformando-nos com pífios 2%. Aceitamos a abertura comercial indiscriminada que encurtou cadeias produtivas, desnacionalizou setores inteiros da indústria, retirou do país centros decisórios importantes; aceitamos quase retornar à condição de primário-exportadores; aceitamos privatizar ativos estratégicos, sob condições duvidosas; aceitamos um sistema tributário regressivo e irracional. Aceitamos as desigualdades sociais aumentarem; as taxas de desemprego mais do que dobrarem, a participação da renda do trabalho na renda nacional cair um ponto percentual ao ano, a precarização do trabalho, uma educação de baixa qualidade que produz levas de analfabetos funcionais e de despreparados para ingressar no mundo da produção. Aceitamos o desmonte do aparato governamental, a descentralização irresponsável e a privatização de atribuições estatais. Aceitamos continuar com uma estrutura da propriedade fundiária recordista em concentração, enquanto milhões de famílias lutam e morrem para ter acesso a terra; aceitamos ser incendiários de florestas tropicais e incapazes de manejar sustentavelmente os recursos naturais; aceitamos ser assassinos da nossa juventude (principalmente homens e negros);¹¹ aceitamos a morte por desnutrição de crianças índias e as terríveis ameaças que pairam sobre a população indígena; aceitamos conviver com os preconceitos e as discriminações contra os negros, as mulheres, homossexuais, deficientes, idosos, entre vários outros. Aceitamos um sistema político-partidário que não prima pela ética, pela fidelidade ao eleitorado e pela defesa do interesse público e do bem-comum. Aceitamos uma justiça inacessível à maioria, morosa e cara, orientada pelo formalismo e pelo individualismo e particularismo possessivos. Aceitamos um simulacro de pacto federativo e desigualdades regionais profundas. Aceitamos o domínio do egoísmo estúpido, da letal ganância infecciosa, das forças destrutoras da frágil sociedade brasileira, entre muitas outras coisas inaceitáveis.

Mais: acostumamo-nos com os meninos e meninas na rua, com as favelas expansivas, com o crescente uso e comércio de drogas ilícitas, com a escalada da insegurança pública e da violência, com os mendigos e os sem-teto, com as enormes feiras de camelôs, com as filas para fazer matrículas nas escolas públicas, nos hospitais e centros de saúde (quando existem) e nos postos do INSS, com o sucateamento das universidades públicas, com o retorno de doenças extintas ou quase, com um

11. Homicídios e acidentes constituem-se na principal *causa mortis* entre os jovens, que, por sua vez, conhecem taxas de mortalidade que se situam entre as maiores, por faixa etária.

transporte coletivo precário, com um trânsito caótico, lento e ceifador¹² de dezenas de milhares de vidas, com as estradas esburacadas, com os maiores juros reais do mundo, com milhões de emigrantes brasileiros a viver clandestinamente em países desenvolvidos, com uma seleção de futebol pentacampeã que não tem um jogador titular ligado a clubes brasileiros.

Acostumamo-nos com uma engrenagem de comunicação de massa empenhada na deseducação do povo e na exaltação da vulgaridade; também fomos nos acostumando a ver milhões de brasileiros sem saneamento, os nordestinos do semi-árido sem água, os sindicalistas rurais e os defensores de direitos serem trucidados, as chacinas nos grandes centros urbanos, os presídios produtores de barbárie, a polícia incapaz, corrompida e assassina,¹³ o crime organizado prosperar.¹⁴ Acostumamo-nos a “viver” com medo, isolados, indiferentes, descrentes, insatisfeitos, com as potencialidades contidas e com outras muitas coisas com as quais nunca deveríamos nos acostumar.

O obstáculo a ser ultrapassado é grande: romper com as amarras mentais e ideológicas que nos cegaram para tantas coisas, que nos acostumaram com o retrocesso, com o trágico e a barbárie, que nos aprisionaram no pensar pequeno e em pautas que não são as exigidas por um projeto de desenvolvimento nacional. Será necessário recuperar a visão profunda, alargar os horizontes intelectuais, dar vazão à inventividade, resgatar valores culturais básicos da nacionalidade e retomar ambições históricas.

Pensar o desenvolvimento do Brasil em perspectiva larga implica superar as visões compartimentadas, disciplinares e ultra-especializadas que hoje predominam. Exige mais do que pesquisar o passado ou tentar acompanhar os movimentos do presente. Exige olhar para frente, com acuidade e globalidade, procurando vislumbrar futuros alternativos possíveis e identificar os que mais se aproximam da situação pretendida para que se possa, então, ter indicações melhor orientadas sobre como agir no presente para construir o que se deseja. Da história devem ser tiradas as lições que ela ensina.

4.1 RECONHECER O PONTO DE PARTIDA

O Brasil é um país muito desigual. É, também, muito diversificado, seja qual for a perspectiva adotada. A diversidade sofre influências da geografia e da ecologia. Mas a desigualdade, que se manifesta fortemente na dimensão social, é o resultado de fatores históricos e, principalmente, de variados processos que vêm sendo reforçados, de modo contínuo, ao longo do tempo. Não é por acaso que somos um dos países mais desiguais do mundo, ocupando um triste primeiro lugar do *podium* em muitas áreas, que tenhamos perdido influência e posições na economia internacional e experimentado décadas perdidas.

12. Anualmente, morrem cerca de 50 mil brasileiros por conta de acidentes de trânsito. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil lidera o *ranking* mundial desta triste estatística.

13. Segundo o Centro de Estudos Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, somente a polícia do Rio de Janeiro matou, na média dos anos 2002 a 2004, o triplo do que mataram as 21 mil polícias (federal, estaduais, municipais e de condados) dos Estados Unidos: 1026 mortes no Rio *versus* 341 nos EUA (Folha de São Paulo, 04.04.2005).

14. O Maio Sangrento, de 2006, em São Paulo, foi acompanhado por iniciativas igualmente audaciosas em diversas outras cidades do país.

Tudo isto apesar de termos grandes potencialidades, dispormos de consideráveis capacidades e sermos uma sociedade ansiosa para ver o país ingressar em uma trajetória diferente, combinando virtuosamente o aprofundamento da democracia, o crescimento acelerado, a inclusão social, a redução de todas as desigualdades, a sustentabilidade ambiental e a inserção internacional soberana. O desenvolvimento está se tornando um imperativo nacional. O governo e os atores sociais responsáveis e comprometidos com os interesses do povo brasileiro e com a nacionalidade têm que encontrar o caminho que possibilite atender a demanda histórica que se apresenta. Desiludir a atual e as próximas gerações, frustrar as esperanças mobilizadoras de forças poderosas poderá acarretar outras muitas décadas perdidas.

4.2 NÃO DESPREZAR O PASSADO

O nosso passado não quer passar. Tem força para se manter, se projetar no presente, ambicionando ser o futuro. Por isso a permanência das desigualdades sociais, a cidadania restringida, a democracia apenas formal, a economia apequenada, a retomada primário-exportadora, a predação ambiental, a posição externa inferiorizada.

A história brasileira não registra exemplos de construção de amplos consensos sociopolíticos que suportassem projetos emancipatórios duradouros. Ao contrário, somos pródigos em casos de retrocessos, discriminações, imposições. Aliás, o país nasceu sob o signo da imposição. Os colonizadores se impuseram sobre as populações nativas, os povos autóctones erroneamente chamados de índios devido aos conquistadores ibéricos terem achado que haviam chegado às Índias. Os dominadores portugueses se impuseram até mesmo sobre os seus patrícios, ao para cá extraditarem criminosos, adversários políticos, desafetos e outros dominados, todos na condição de degredados que deveriam povoar e cuidar das novas terras. Posteriormente, se impuseram aos africanos, fazendo-os cativos em sua terra e subjugando-os aqui como escravos. Os senhores lusitanos se impuseram aos homens de poucas posses que para cá emigraram na tentativa de melhorar de vida, à época da mineração aurífera, negando-lhes pleno acesso aos direitos e privilégios que usufruíam.

O Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, não foi uma colônia de povoamento, donde surgiam cidadãos independentes, ativos, que coletivamente criaram nações exemplares, progressivamente mais democráticas e inovadoras. Mesmo quando o Brasil deixou de ser uma colônia (de exploração), a imposição continuou a ser o método estabelecido das normas sociais, políticas e econômicas. A independência nacional não foi o ápice de um movimento de mobilização, conscientização, organização e lutas coletivas. Foi uma articulação das elites que impuseram um imperador português e preservaram os privilégios, deixando intocado o *status quo*.

As imposições se sucederam em grande número. Todos os grandes dissensos explicitados durante o Império ganharam o formato de rebeliões, revoltas e guerras civis. A ordem, favorecedora dos interesses dos mais poderosos, era re-imposta a ferro e fogo. A “unidade nacional” era conseguida a custo de muito sangue. As feridas não cicatrizavam em definitivo, reabrindo em novos e violentos embates fratricidas, resultando em novas imposições. E elas se sofisticavam à medida que a população crescia, a sociedade se tornava mais dinâmica, os problemas mudavam de natureza. A Lei de Terras, de 1850, é um bom exemplo desta capacidade de sofisticar-se.

Diante da iminência do fim da escravidão e da certeza de não mais ser possível dar continuidade ao tráfico de negros africanos, os senhores da terra (café), do dinheiro e do comércio estabelecem que o acesso a terra deixava de ser livre, como o era desde 1822 (bastando assegurar a sua exploração em benefício próprio), para passar a ser vendida por altos valores monetários. Foi a nossa “reforma agrária” às avessas. O oposto do que fez os EUA poucos anos depois e que fizeram todos os países hoje democráticos e desenvolvidos. Foi uma imposição antecipada, por isso mais sofisticada, pois estabeleceu uma barreira intransponível para a propriedade fundiária aos futuros libertos, aos homens livres e pobres e aos inevitáveis imigrantes estrangeiros. Impuseram-lhes a condição de futuros sem-terra, mão-de-obra farta e barata, sem direitos e com excesso de deveres, antes mesmo que a ela chegassem.

A República continuou a tradição. De novo, impuseram-se a vontade e a esperteza de uns poucos. Os mesmos, tardiamente atualizados nas concepções e experiências trazidas pelos ventos vindos do Norte. A república não republicana, sem cidadãos, sem democracia, sem direitos civis, políticos e sociais para a massa do povo. A República (nascida) Velha, dos barões, coronéis e senhores das províncias. Se o povo não compreendia ou se compreendia e queria mudar, novas imposições se faziam. Canudos (Bahia) e Contestado (Santa Catarina e Paraná), entre muitos outros, são comprovações cabais dessa enorme capacidade de imposição. O objetivo era tão-somente o de manter o poder, a riqueza e os privilégios decorrentes. Um projeto de nação? Sim: continuar tudo como tudo era. Sem ameaças, instabilidades, inseguranças que impeçam de ser feito o que sempre se fez. Para os mesmos.

Quão nova seria a República Nova? Resultada de uma “revolução” liderada por um caudilho com interesses contrariados, impôs-se perante os derrotados e à grande maioria da população que havia sido apenas espectadora temerosa. De novo, uma república sem poder para o povo, ou seja, sem democracia, sem acordos sociais amplos e sólidos. A progressiva incorporação dos segmentos populares pelas políticas governamentais e pela arena pública é feita como um mecanismo de cooptação. Não se dialoga, não há negociação equilibrada, não se constroem consensos. O Pai dos Pobres fala e os pobres escutam. O promotor da industrialização decide e os empresários (muitos são criados pelo próprio Estado) cumprem. São constatáveis realizações de vulto? Sim. A constituição do Estado moderno tem o seu início ali. A criação do DASP será um marco na história administrativa brasileira; as universidades e escolas técnicas são implantadas, a CLT (urbana), o salário mínimo (urbano), a CSN, a CVRD. Há progressos? Sim. Todos eles se sustentam? Não. As disputas são ferrenhas. Os conflitos se desdobram em golpes, de todos os tipos. O diálogo é uma quase impossibilidade. As pequenas oportunidades não são cultivadas e alargadas. Havia um restrito projeto nacional formulado pelas lideranças, expressando os interesses dominantes, mas não abraçado e apropriado pela nacionalidade, que, de resto, ainda não havia se constituído enquanto cidadania ativa, no que foi dificultada também pela atuação governamental. Alguns avanços políticos e outros tantos retrocessos econômico-sociais, mas também políticos (governo Dutra) atestam a fragilidade daquilo construído sem diálogo sincero, sem acordos legitimadores, sem amplo respaldo social. No retorno democrático, quando Vargas é eleito, o quadro se mostrava mais tenso. Alguns avanços se fazem com apoio popular e forte oposição – BNDES, Petrobras, agrovilas na região Centro-Oeste. Os antagonismos explodem, deles ficando uma Carta Testamento, visões inconciliáveis e disputas acirradas.

Democracia restrita, acordos entre alguns, marginalização de muitos, oposições ferrenhas, polarizações. Mesmo assim, forte determinação e elevada capacidade de lidar com conflitos fizeram os “cinquenta anos em cinco”. Em alguma medida dão continuidade ao esforço anteriormente empreendido; em outras medidas, se não o contradizem, pelo menos são distintos (a abertura ao capital estrangeiro, menor ênfase na ampliação de direitos, menos atenção à institucionalidade etc.); e em outras tantas são aberturas de novas frentes. A vontade de poder do governante e o voluntarismo estatal por ela motivado criam impulsos potentes, temperados pela simpatia, habilidade e tenacidade de Juscelino Kubitschek. O projeto de nação, parcialmente formalizado no Plano de Metas, era ambicioso. Nele, JK enfeixou tanto o que permitia a sua visão penetrante de estadista, como as aspirações menos visionárias da elite dominante brasileira (compensando alguns dos seus setores mais atrasados com promessas de conservar-lhes as posições), mediadas por uma leitura arguta das possibilidades oferecidas pelo contexto internacional. Transformações estruturais acontecem, mas sem a amplitude e a profundidade necessárias à conformação de uma realidade social, política e economicamente mais equilibrada e dinâmica, e por isso mesmo não se mostraram capazes de serem vetores de um processo de pactuação social. A alguns, todas ou muitas das mudanças se apresentam como imposições, como idéias descabidas, como construções artificiais. Outros, a massa de trabalhadores rurais e agricultores familiares, simplesmente não foram contemplados. Muitos eram apenas espectadores ansiosos para ver se alguns ganhos teriam. De qualquer maneira, é inegável que no espaço de cinco anos, muito pouco em termos de tempo histórico, profundas transformações foram produzidas, algumas poderosas sementes foram lançadas, crescendo e dando frutos em meados da década seguinte.¹⁵ A ausência de consensos mostra que cinco anos são cinco anos. Cinquenta seriam, se a construção inacabada tivesse defensores em grande número, conscientes e crentes de que o projeto poderia ser do interesse de quase todos, contemplando-os diferentemente, com ganhos diferenciados, em prazos distintos, assegurando a perenidade necessária à construção de uma nação mais equitativa, próspera e soberana

Por mais que as formalidades democráticas tenham sido respeitadas, a ritualística institucional cumprida, depois dos cinco anos de auge, a crise latejava e se espriava em dimensões variadas. Insidiosamente, os desencontros avolumavam-se, os desentendimentos prosperavam, os confrontos ideológicos se aprofundavam. Com o diálogo se tornando enormemente dificultado, atingir o consenso, que permite o Projeto Nacional, se constituía em uma impossibilidade. As posições extremadas muitas vezes expressavam interesses antagônicos, outras tantas apenas evidenciavam conflitos cognitivos e indisposição dialógica. Seja como for, a crise se agudiza. Incompetências intelectuais e políticas à esquerda e à direita do espectro das forças tidas como democráticas dramatizam o quadro. Resumindo, são duas as visões de Brasil, são dois os projetos de nação; um mais democrático-popular, o outro elitista-conservador; um mais soberano e com reformas de base, o outro é modernizante, com articulação submissa a interesses externos. A saída se dará por novas e violentas imposições. Golpe, contra-revolução ou regressão autoritária, pouco importa a denominação ou o enquadramento conceitual se as conseqüências serão as mesmas. A nova e violenta imposição desmascara outras formas autoritárias de dominação e imposição. Por exemplo, o clientelismo e a demagogia que, entretanto, permanecerão muito atuantes pelo grande interior do país, subjugando imensos contingentes de brasileiros.

15. Ver Cardoso de Mello (1975).

O novo regime, por sua própria natureza (militar, hierarquizado e avesso a debates) não favorece o diálogo sequer entre os que diretamente eram seus beneficiários. Uma questão de índole. Àqueles que lhes davam suporte sociopolítico, e eram os destinatários de suas atenções, concediam-se audiências, convidava-se para jantares, nos quais os interesses eram explicitados e coordenados com os projetos governamentais. As decisões são tomadas pelos que se auto-designam representantes, defensores ou encarnações dos Objetivos Permanentes do Estado Nacional e impostas, diferenciadamente, aos diversos setores da sociedade brasileira. Aos que lhe resistem são reservados instrumentos variados: oferta de vantagens e privilégios; pressão econômica, creditícia e fiscal; os rigores da lei, mudada segundo as conveniências dos poderosos; a força da repressão legal; a força bruta da repressão subterrânea, do aparato policial-militar clandestino à própria “legalidade” criada pelos atos institucionais do Executivo dos Generais ou do Legislativo manietado. Ao Judiciário subjugado pouco ou nada adiantava recorrer.

Assim ingressamos no “Milagre Brasileiro”. E ele não foi uma miragem ou uma peça de *marketing*. O país passará por tão profundas e extensas transformações que outro será o seu perfil e suas características ao fim do regime militar. Tal processo não se deu ao acaso: havia um abrangente projeto de nação e uma bem definida estratégia para implementá-lo. Reformas diversas (monetária, bancária, tributária e fiscal, previdenciária, trabalhista, dos sistemas habitacional e educacional, da administração pública) lançaram as bases. Um aparato institucional criado para promover o projeto de nação, fornecendo os instrumentos, os meios de ação necessários, as condições operacionais para a implementação do projeto. Foram concebidas diversas instituições, cada qual ocupando um lugar definido para a execução da estratégia desenhada, e permanentemente atualizada. É o caso de fundações e autarquias como o Banco Central, o Ipea, o Incra, o Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia) e o Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), a CVM e a SUSEP, Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), Inmetro e o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), para ficar em algumas poucas. Muitas foram, também, as empresas públicas constituídas: BNH, Serpro, Embrapa e Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), Cobal (Companhia Brasileira de Alimentação) e Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazéns), Ceme (Central de Medicamentos), GEIPOT (Empresa de Planejamento de Transportes), CPRM, FINEP, Embratur, por exemplo. Encaixam-se com destaque neste arranjo as grandes empresas de economia mistas fundadas no período: todo o sistema Telebrás; as vinculadas a *holding* Eletrobrás (Eletronorte, Eletrosul, Itaipu Binacional etc.), a Nuclebrás; todas as empresas da área de petroquímica e fertilizantes subsidiárias da Petrobras, assim como a BR Distribuidora, a Petronave, a Interbrás; as subsidiárias da CVRD (Docegeo, Docenave, Vale International etc.); as *holdings* Siderbrás e Portobrás, cada qual com uma plêiade de vinculadas; a Embraer, sem pretender a exaustão. Ou seja, todo um aparato de intervenção, construção de articulações e sinergias foi sendo implantado com vistas a fazer um novo país. Quase nenhum problema ou deficiência (aos olhos dos dirigentes, é óbvio) ficou sem o tratamento considerado o adequado, ao seu tempo: desenvolvimento regional (Sudam, a Sudeco, a Sudesul);¹⁶ meio ambiente

16. E os fundos de desenvolvimento regional (Finor e Finam) e para o desenvolvimento de setores específicos (FISSET pesca, reflorestamento e turismo), Zona Franca de Manaus e seus incentivos fiscais. Também os fundos para a marinha mercante, para a manutenção e expansão da rede viária e, posteriormente, para as telecomunicações, entre muitos outros.

(Secretaria Especial do Meio Ambiente); desenvolvimento urbano e metropolitano (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano); transporte metroviário; redivisão territorial (fusão Rio de Janeiro com a Guanabara, divisão do Mato Grosso, estado de Rondônia); meteorologia; sistemas de informações estatísticas, cartográficas e gerenciais. Pouco escapava à visão perspicaz dos estrategistas e decisores do regime.

Com o tempo o projeto de nação ganha nome, Brasil Potência, revelando que reconheciam, autoritária e autocentradamente, o próprio sucesso e acreditavam na continuidade da trajetória em prazo longo.¹⁷ A política externa vai se tornando mais independente, superando o inicial alinhamento automático com os EUA, a ponto de criar atritos (por conta das posições brasileiras na África, no Oriente Médio, do Acordo Nuclear com a Alemanha etc.). As ambições crescem: um vigoroso programa de desenvolvimento científico e tecnológico; uma indústria aeroespacial; outra de armamentos, progressivamente mais sofisticados; um automóvel nacional (Gurgel); um programa nuclear; a busca da auto-suficiência em petróleo e outros combustíveis líquidos (álcool e óleos vegetais); inovações nacionais em telecomunicações; uma lei e uma indústria de informática (*hard e softwares*), além de várias outras realizações e muitas pretensões. Sabiam que tinham adversários, mas se consideravam poderosos e detentores de recursos e conhecimentos únicos. Déspotas esclarecidos da segunda metade do século XX.

A ambição produziu a crise, a arrogância impediu de ver os movimentos do mundo real, o sucesso trouxe o fracasso. Uma larga frente de investimentos públicos esgotou a capacidade financeira do Estado e se fez em endividamento excessivo e crise fiscal. A vontade de potência ignora o tamanho dos choques do petróleo e as suas conseqüências econômicas, financeiras, tecnológicas e geopolíticas (“o Brasil é uma ilha de tranqüilidade em meio ao mar turbulento”, Ernesto Geisel). As muitas transformações produzidas, em praticamente todas as dimensões da vida nacional, fizeram a sociedade e a economia mais complexas, mais difíceis de serem comandadas, mais conflitivas, impedindo, naquelas circunstâncias, nova fuga para frente, que foi a saída historicamente utilizada para harmonizar interesses contraditórios.¹⁸ A política se expande e adentra os quartéis, os sindicatos de trabalhadores e os escritórios empresariais: Frota tenta o golpe; Euler Bentes é o general candidato das oposições à Presidência da República; as greves explodem no ABC e ganham terreno; as Cartas dos Empresários, nos Fóruns Gazeta Mercantil, trazem posicionamentos graves e são lidas por todos. Lenta e agônica transição.

A perigosa Campanha das Diretas Já (poderia o povo tomar o seu destino nas próprias mãos?) estimula a rápida articulação por cima. Por essa via a elite acerta-se no fundamental, não perder o poder, congregando adversários quase inimigos na confiável Aliança Democrática Liberal. Confiável até para o regime que expirava. A República Nova tinha como bandeira a secularmente desejada “Mudança Já”. De quê para quem? Melhor não responder. No Brasil, acordos de elite são feitos para viabilizar novas imposições. Se as condições políticas e psicossociais exigirem, artifícios engenhosos deverão ser usados. Plano Cruzado, levado oportunística e eleitoralmente à exaustão, e Constituinte não exclusiva podem servir. Grandes e belas

17. Ver Lessa (1998).

18. Ver Fiori (1995).

oportunidades para a construção de acordos sociais amplos, de um projeto nacional, são desperdiçadas. A engenhosidade enganadora se revela fraca e a crise se instala. São buscadas saídas fáceis em sucessivos programas de estabilização monetária para a inflação galopante e em “pactos sociais”. Não dão certo, pois a crise é multidimensional e a baixa credibilidade dos governantes não afiança mais nada. A Constituição Cidadã nasce sob fogo cerrado, em meio a negociações diversas, a rolos compressores de um Centrão que tem horror a mudanças. Decepções. A Mudança Já... era.

Busca-se o novo. Mas a malandragem antiética soube espertamente explorar o egoísmo e o medo dos poderosos. Abre-se o caminho para o salvacionismo do oligarca travestido de modernizador moralizante. Aventureirismos e voluntarismos. Bucaneiros sôfregos dos butins da nação, sob a complacência da elite acovardada e a incompreensão e a frustração populares. Contribuiu, e muito, a incapacidade reativa dos setores organizados, prostrados por profunda recessão, desiludidos e desorientados diante da implosão soviética e sob o ataque da avassaladora ideologia neoliberal.

Ainda que tudo tenha limites e um dia encontre o seu fim (*impeachment*), começa a ficar evidente que a Marcha da Insensatez¹⁹ tinha se instalado entre nós. Havíamos inaugurado o processo no qual nossas elites dirigentes passariam a decidir, de forma sistemática, contra os seus e os nossos próprios interesses nacionais, mesmo quando alternativas eram declaradas e defendidas. Abertura comercial escancarada, endividamento externo e interno acelerado, desmanche do aparato estatal, abominação do planejamento estratégico público, degradação da infra-estrutura, financeirização da riqueza, endeusamento da globalização, desnacionalização da estrutura produtora de bens e serviços, encurtamento das cadeias produtivas, aumento da dependência externa, submissão incondicional aos interesses do Império, negação das possibilidades de concertar e implementar um projeto nacional. Juros escorchantes, crescimento econômico píffio, renda *per capita* estagnada, aumento da concentração da renda e da riqueza, bloqueio da mobilidade social.

Pensamento e caminho únicos. Não existem alternativas, não existe uma única alternativa, nunca existirão alternativas. O futuro está dado, a criatividade está abolida, a imaginação e a invenção proibidas. Nada além de conformação. Quando muito tentar, na pequena medida do possível, compensar os desgraçados, pois não há outro modo de lidar com o inevitável.

Mesmo pela via da imposição ou dos restritos acordos entre elites impostos ao restante da sociedade, mesmo sem democracia ou com estreita democracia formal, o país se industrializou, urbanizou-se, modernizou sua agropecuária, construiu considerável rede infra-estrutural, criou (deficientes) sistemas públicos de educação, saúde, saneamento, previdência social, adquiriu razoável competência científica e tecnológica. Por não termos um projeto nacional resultante de um amplo entendimento nacional e de um democrático processo de concertação, a contrapartida foi um aumento das desigualdades sociais, regionais, entre o urbano e o rural. Um país desequilibrado, muito heterogêneo, com baixo dinamismo econômico, vulnerável às pressões e instabilidades externas.

19. Essa é a instigante constatação de Bárbara Tuchman (*A Marcha da Insensatez*. Ed. Livraria José Olympio, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1989) para os processos nos quais incorreram diversas nações, em diversos momentos (tanto que o subtítulo do livro é “De Tróia ao Vietnam”), nos quais seguidos dirigentes tomam, continuamente, decisões que contrariam os seus interesses (e dos seus respectivos países), mesmo quando alternativas existiam e eram anunciadas e insistentemente defendidas por pessoas que lhes eram próximas.

Um país apavorado com o aumento vertiginoso da insegurança pública e da violência social, assistindo, meio passivamente, à diminuição da solidariedade e da coesão social e progressiva destruição de valores básicos que amalgamam povos e fazem nações.

É consequência também do modo e da forma como tudo se deu, sem acordos socialmente legítimos, sem o consenso construído entre os atores sociais significativos, sem a adesão majoritária do povo, estarmos a regredir de posições obtidas no cenário internacional. Fomos a 7ª economia do mundo, hoje somos a 10ª ou a 14ª (a depender da metodologia de cálculo do PIB e da taxa de câmbio) e correndo o risco de cair na escala, por conta da nossa baixa *performance*, inclusive mais baixa do que a média da América Latina, em quase todos os anos da presente década.²⁰ Em 1960 ocupávamos o 43º lugar no *rank* do IDH da ONU/PNUD.²¹ Atualmente estamos na 70ª posição. São constatações a mostrar que o retrocesso não é uma impossibilidade histórica. O que é feito sem sólidas bases na sociedade pode ser destruído ou perdido por falta de defensores poderosos. O que em seu tempo parecia ser vigoroso, depois de uma volta na espiral da história pode se revelar frágil e sucumbir sem esforço maior.

Mas as opções existiram e existem, assim como sempre é possível construir alternativas, mesmo demandando tempo, paciência e muita determinação dos dirigentes e do povo.

4.3 APRENDER COM A EXPERIÊNCIA ALHEIA

A experiência internacional mostra que muitos foram os países que conseguiram enfrentar desafios intimidadores, até mesmos ameaçadores de suas respectivas existências. Rapidamente, e a título de exemplo, vale a pena considerar alguns casos que se tornaram verdadeiramente paradigmáticos.

Os Estados Unidos se formaram à base de um contrato social revolucionário, fundador de um novo tempo histórico e referência para muito do que adviria no processo sociopolítico do Ocidente. Um projeto generoso para a época. Desde então, tal contrato regula e orienta o seu desenvolvimento nacional. Reinterpretado quando as circunstâncias exigem, mas nunca contestado em seus princípios basilares.²² Assim, durante a Grande Depressão, provocada pela derrocada bursátil de 1929, o presidente F.D. Roosevelt conclamou a sociedade americana para a construção do New Deal, um pacto para o enfrentamento da mais profunda crise econômica que o país iria conhecer e para dar nova face ao tecido social estadunidense. Enfrentou resistências, oposições virulentas, mas ao final conseguiu convencer a grande maioria, e em particular a elite, de que os potenciais de ganhos eram muito grandes e, se bem coordenados, as vantagens se mostrariam, difundindo benefícios, senão para todos, pelo menos para a grande maioria dos atores sociais. Foi difícil, penoso, mas os resultados vieram e são até hoje visíveis. A sociedade e a economia estadunidenses são bem diferentes ao sair da crise, com estas diferenças dando características e dinamismo ímpares à nação americana.

20. Ver Cepal 2006-2007.

21. Ver Ipea/IBGE/FJP/PNUD (1996).

22. Talvez o Patriot Act, conseguido por George W. Bush após o 11 de Setembro, seja, se não a única, uma das poucas exceções.

Depois da arrasadora derrota, em 1945, o Japão formulou um novo projeto nacional que pode ser visualizado no acordo para se ter uma sociedade mais igualitária e coesa, uma economia extremamente dinâmica, uma inserção internacional ativa e comprometida com a paz. Tenazmente perseguido, promoveu as liberdades civis e políticas, a reforma agrária, a educação universal e de qualidade em todos os níveis, um vigoroso desenvolvimento científico e tecnológico, a introdução acelerada de inovações de todos os tipos e em todos os âmbitos, o menor desemprego possível, o emprego vitalício (para boa parte dos trabalhadores) e a renda crescente do trabalho, a elevação sistemática da qualidade de vida da massa da população. É emblemático dessa disposição o estabelecimento do Imposto sobre as Grandes Heranças, com alíquota de 50%, para que as fortunas pessoais deixassem de existir em quatro gerações, permitindo aumentar a solidariedade e a coesão social em uma sociedade mais igualitária. O Movimento pela Produtividade e Qualidade instituiu, de forma pactuada, em 1954, uma regra básica para a distribuição dos ganhos auferidos pela rápida incorporação de progresso técnico e inovações organizacionais: parte maior seria transferida aos preços, em seguida aos salários e, por último, aos lucros. Estes sempre tiveram taxas muito baixas no Japão, o que era compensado pela enorme massa e por um esquema de financiamento ao investimento bastante generoso. Um poderoso planejamento estatal, uma articulação fina entre todos os interesses (governo, partidos políticos, empresariado, trabalhadores, com a participação da academia) e a negociação permanente fizeram possível o país se tornar uma potência econômica em pouco mais de três décadas, uma nação com os melhores indicadores sociais e níveis de vida, uma sociedade pacífica, com as menores taxas de criminalidade e violência do mundo. Construíram-se assim. Tendo sido destruídos, sob grandes restrições, com carência de recursos naturais e energéticos, superaram-se. Porque coletivamente o quiseram, se organizaram para tanto e, sem se intimidarem, o fizeram.

Igualmente no pós 2ª Guerra Mundial, diversos países europeus empreenderam a construção de pactos sociais amplos com o fito de eliminar os traumas do totalitarismo nazifascista, do militarismo e da própria guerra e, não menos importante, de orientar o encurtamento da distância (social, tecnológica, econômica etc.) que os separavam do estágio alcançado pelos EUA. Na Alemanha, igualmente derrotada, destruída, dividida, com uma sociedade cindida política e ideologicamente, o esforço haveria de ser monumental. De um lado o sofrimento, de outro a altivez e o desejo coletivo de superação. O discernimento e a competência das lideranças compunham o triângulo que tornou possível inaugurar um diálogo social esclarecedor e o estabelecimento de consensos que resultaram no “pacto corporativo para a economia social de mercado” que ilumina as relações sociopolíticas e econômicas até o presente. Manejando com habilidade as dificuldades e as vantagens de sua inserção geopolítica durante a Guerra Fria, a Alemanha soube se fazer em novas bases, criando uma sociedade pouco heterogênea, coesa e democrática, uma economia dinâmica e, superando resistências várias, integrada com o resto da Europa Ocidental. Tal qual o Japão, em pouco menos de trinta anos era a terceira economia do mundo e uma das mais prósperas sociedades. Abdicando radicalmente do militarismo e de qualquer pretensão expansionista, conseguiu conquistar a confiança dos países vizinhos e liderar, ao lado da França, a formação da atual União Européia. Não são feitos pequenos. Não são realizações conseguidas sem amplo embasamento social, sem o respaldo concertado dos

atores sociais nacionais. Prova disto é que, em grau muito maior ao do Japão, a direção política do país esteve, ao longo do tempo, nas mãos dos diversos partidos políticos – democratas cristãos, liberais, socialdemocratas – e nem por isso o processo foi interrompido ou desvirtuado. O Pacto Corporativo para a Economia Social de Mercado é uma construção, uma conquista do povo alemão.

Na Itália, igualmente machucada pela guerra, com a sociedade também dividida pelas adesões ao fascismo, ao socialismo/comunismo, à democracia cristã, com uma economia menos diversificada, com graves problemas regionais, a tarefa de se refazer não seria pequena ou simples. O entendimento, por grande parte das lideranças nacionais, dos atores sociais significativos e por expressivos segmentos de uma população mais politizada e com fortes vínculos comunitários, do momento em que se vivia e do tamanho dos desafios, fez toda a diferença. Resultou na conformação do que foi chamado de “bloco histórico” (socialistas, democratas cristãos e apoio crítico dos comunistas) que levou a cabo um programa de transformações socioeconômicas, de integração regional e afirmação cultural que colocaram o país em patamares muito superiores aos do pré-guerra. No caso italiano, também é destacado o enorme valor atribuído aos acordos construídos com base no diálogo esclarecido e socialmente legitimado. Desde o final da 2ª Guerra até o início da presente década, o tempo médio de duração dos gabinetes ministeriais era inferior a um ano. Alternavam-se no poder as diversas forças político-partidárias (inclusive entre as facções de um mesmo partido), alterava-se a composição da aliança, mas o projeto nacional perdurou.

A França merece ser lembrada por suas peculiaridades. Invadida, dividida sob o governo títere de Petain, parcialmente destruída, resistindo internamente com os *maquis* e conclamada do exterior por De Gaulle e outros, saiu da guerra vitoriosa, mas sob o trauma do terror nazista e com a grande e aberta ferida do colaboracionismo que alcançou consideráveis contingentes. Não fosse a lucidez de expressivos dirigentes comunistas e socialistas, o nacionalismo arraigado da maioria do povo e a forte liderança de Charles De Gaulle, as coisas teriam ficado muito mais difíceis. Tudo isto, no entanto, pouco valeria sem um acordo interclasses clarividente e duradouro que permitiu fazer o país avançar célere. Sob um planejamento estatal democrático e participativo, buscou-se explorar todas as possibilidades identificadas, promovendo o equilíbrio regional, atentando para as especificidades do rural e do meio ambiente, incentivando setores econômicos promissores, ampliando o Estado do Bem-Estar Social. E não só sob o General, mas sob outras lideranças que o sucederam, inclusive a dos socialistas, com Mitterand. Reafirmando os valores republicanos, aprofundando a democracia, mantendo os direitos e a proteção social quando os mesmos eram atacados em diversos países, fortalecendo a economia nacional, a França conseguiu um lugar de destaque na Europa e no mundo. Seu papel na construção da União Européia foi decisivo. Entender como os líderes franceses o fizeram, como atribuíram importância em trazer a Alemanha para a comunidade das nações européias, apesar de todo o seu passado belicoso e, em particular, do nazismo recente, é algo muito raro. Talvez seja um dos poucos casos onde houve efetivo aprendizado com a história (Tratado de Versailles), associado com visão longa de futuro.

Para nós brasileiros, o Pacto de Moncloa celebrado na Espanha pós-Franco teve grande e particular interesse, pois na mesma época discutíamos as possibilidades de transitarmos do regime militar para uma autêntica democracia. Infelizmente não aprendemos quase nada com os espanhóis. Arrebatados por uma guerra civil que fraturou a sociedade por longos quarenta anos, os democratas espanhóis de todos os matizes (dos comunistas à direita esclarecida) acordaram as bases para a reunificação

nacional. Respeitando diferenças de todos os tipos, as peculiaridades e as vontades regionais, acertaram o mínimo denominador comum a todos: uma Espanha democrática; uma institucionalidade a ser por todos defendida; a mobilização das potencialidades nacionais, respeitadas as autonomias regionais; uma sociedade próspera; uma economia a ser integrada à da Europa. O Pacto de Moncloa lançou as bases para a irreversível retomada da democracia e para o vigoroso processo de desenvolvimento espanhol. Desde então, a Espanha sofreu tentativas de golpes, conviveu com movimentos separatistas, integrou-se à União Européia, passou por diferentes governos (conservadores e socialistas), sem abandonar os princípios e valores pactuados.

Também é fruto de um grande acordo, de um ambicioso projeto e de um sofisticado processo, agora de âmbito supranacional, a constituição da União Européia. Lançado há mais de 50 anos, foi sendo alargado e aprofundado à base de delicada construção de unanimidades sobre os todos os aspectos envolvidos na constituição de uma união progressiva de nações. Sem dúvida é *o exemplo*, pela sua complexidade e pelos valores que a presidiram: solidariedade; igualdade; respeito às especificidades nacionais; progressividade; determinação intertemporal e intergeracional, entre outros. Por sua recentidade, deve ser de todos conhecido, e deverá ser objeto de discussões e de aprendizado por longo tempo, até porque é um processo que se encontra em curso, sobre permanente avaliação e revisões aperfeiçoadoras.

Os casos aqui sumariados, e outros poderiam arrolados, mostram ser possível contra-arrestar tendências indesejáveis ou até mesmo destrutoras de futuro. Eles estimulam a tentar construir um projeto que atenda ao, tão fora de moda, bem comum. Um projeto que não seja mais um jogo de soma negativa, como tantos jogados em nossa história e que nos colocaram onde hoje nos encontramos. São experiências concretas, vividas por povos inteiros, desenhadas e empreendidas por personagens singulares, em condições específicas e em tempos determinados, que não ficaram marcados como sendo tempos fáceis. São exemplos de que o impossível é transitório, de que possibilidades bem aproveitadas podem fazer a diferença, de que o aparentemente inconciliável pode ser harmonizado em horizontes temporais diferenciados. Mostram ser possível abrir jogos de soma positiva, onde todos possam ganhar, uns mais e antes do que outros, mas com os ganhos dos primeiro se tornando, eles mesmos, ganhos dos outros em tempos diferentes. O que tal processo não comporta é que os mesmos sempre ganhem, cada vez mais, em detrimento da maioria.²³

5 NÃO SUBESTIMAR OS DESAFIOS E SE PREPARAR PARA ENFRENTÁ-LOS

A definição de um projeto nacional de desenvolvimento em um país submetido ao regime democrático será sempre o resultado de um grande acordo ou pacto que exprima os valores e princípios, as visões e os interesses comuns à maioria dos atores sociais de uma determinada sociedade. Expressa o máximo consenso social possível, em uma certa circunstância, em um tempo definido, e será permanentemente atualizado, se for levado à prática.

23. A distribuição de renda se traduz em ampliação do mercado consumidor que permite maiores massas de lucro, incentivam o investimento e a inovação etc. A distribuição da riqueza produz sociedades mais homogêneas, mais coesas, conseqüentemente mais solidárias, menos violentas, mais seguras. E assim por diante.

Um projeto nacional não elimina conflitos, não suprime a luta de classes. Sequer assegura que todos ganhem ao mesmo tempo. É um acordo que sanciona ganhos e perdas ao longo do tempo, com vistas a que todos se beneficiem, diferentemente e alterando as relações de poder, em um prazo mais dilatado. Estabelece sobre o quê e como devem ser aplicados os esforços e recursos detidos por todos os pactuantes, objetivando a realização dos interesses comuns, à construção daquelas características de país que foram objeto de consenso. O que não foi contemplado no projeto pactuado continuará em disputa ou poderá vir a ser incorporado em sucessivas negociações. Não é um processo que se encerra nem um projeto com prazo finito.

Conforma, como mostram diversas experiências internacionais, um modo de convivência social, uma maneira democrática de produzir unidade na diversidade. Acordar um projeto de desenvolvimento para o Brasil é uma tarefa de fôlego. Não é algo que se fará rapidamente e de modo fácil. Nossa sociedade é muito heterogênea e desigual, sob todo e qualquer ponto de vista. Construir consensos sobre as bases em que se dará a sua elaboração é o primeiro e decisivo passo. Quais os valores que orientarão a formação de uma visão de futuro do país? O que os diversos atores sociais estarão dispostos a fazer, alguns dos quais tendo que abrir mão dos seus interesses imediatos para assegurar possibilidades de sermos diferentes e melhores à frente? Como construir um país que convenha a todos e que seja superior, em múltiplas dimensões, ao que somos hoje?

As respostas poderão ser muitas, a depender da perspectiva que se adote e dos objetivos que se procure defender. Trata-se, portanto, de conseguir encontrar uma perspectiva que seja comum à grande maioria dos atores sociais.

Não parece ser de todo exagerado concebermo-nos como se situados em uma encruzilhada. Existem caminhos que levarão a lugares diferentes. Existe, inclusive, a possibilidade de um novo caminho ser construído, se nenhum dos que se apresentarem permitir chegar ao destino desejado. Assim fizeram os países hoje considerados vitoriosos ou que estão em vias de se tornarem: construíram os caminhos com os quais imaginaram fazer o futuro que lhes interessava. Ainda que as atuais circunstâncias não sejam as mais propícias, ao se ter em mente que o mais importante é saber alargar os espaços de possibilidades existentes e que a inventividade e a determinação de um povo unido em propósitos comuns são forças poderosas, criar condições para se fazer o necessário passa a ser uma possibilidade. É dado tentar, à base da construção de conceitos e formulações potentes e apropriadas, do estabelecimento de uma compreensão que permita organizar o roteiro básico para reverter as tendências negativas e inaugurar uma espiral virtuosa de democracia aprofundada, inclusão social, redução de todas as desigualdades, desenvolvimento equitativo e sustentável, uma vida pacífica e uma inserção internacional soberana.

Nossa sociedade precisa ter claro que na atual situação o caminho a ser percorrido não está traçado nem figura em qualquer mapa. Será desbravado passo a passo, com olhos fixos no destino que se busca alcançar. O processo de caminhar tem, por esta razão, elevado valor e grande importância estratégica. Deverão estar sempre presentes disposição e preparo para lidar com os erros que inevitavelmente serão cometidos, realizando o aprendizado necessário. Por diversas vezes terão que ser renegociados o ritmo da caminhada, as mudanças de traçado, o modo de enfrentar os obstáculos, a maneira de construir ou aproveitar os atalhos. Disposição para buscar acordos, desprendimento, visão

de longo prazo, determinação são ingredientes fundamentais em uma longa marcha. Longa, mas que irá incorporando ganhos progressivos, pois o futuro não é um lugar distante no qual se chega depois de muito tempo e se o encontra pronto. O futuro é feito no dia a dia, mediante ações consistentes com o grande objetivo. Deve estar sempre presente que o longo prazo começa hoje.

Não se trata de uma panacéia. As sociedades que assim fizeram não deixaram de enfrentar crises, dificuldades, conflitos e contradições. Não se refizeram de imediato nem se tornaram mais democráticas e igualitárias da noite para o dia; o paraíso não foi encontrado ao concordarem sobre o que tentariam ser. Dificilmente são hoje o que imaginaram ser no passado: adaptaram-se às circunstâncias que não controlavam, renegociaram quando assim pareceu ser necessário ou conveniente. Mas, seguramente, nunca desistiram nem consideraram render-se aos interesses que lhes eram alheios ou aos problemas postos pelas realidades de cada dia. Estão sempre em construção, a cada dia ambicionando ser mais. É um propósito permanente, estrategicamente perseguido.

Alguém poderia dizer tratar-se de uma utopia tentar empreender tal processo no Brasil. Não o é, ou pode ser a depender do entendimento. Não será se considerarmos a utopia como algo irrealizável. Poderá ser se a entendermos como o que orienta o caminhar. Aqui, de certo modo, pode até ser menos difícil do que foi em outros lugares. Somos muito desiguais, existem muitos preconceitos de classes, certos traços culturais de nossas elites não favorecem o diálogo e elas têm horror às mudanças, enormes parcelas do nosso povo não têm compreensão, educação e informação que facilitem o trabalho, nossa sociedade é pouco organizada. Tudo isso é verdadeiro. Mas não fomos devastados por guerras, não estamos irremediavelmente divididos por ideologias antagônicas, não enfrentamos movimentos separatistas, não estamos submersos em uma crise esmagadora e desorganizadora da economia e da sociedade. Temos liberdades política e civil, vivemos em uma democracia formal, as instituições funcionam, temos algumas propostas de país publicamente colocadas, temos formulações parciais sobre o desenvolvimento nacional explicitadas, temos potenciais enormes, temos recursos que não estavam disponíveis aos outros países, temos uma restrita, porém ativa sociedade civil.

Não é pouco e pode ajudar muito. Se governo e atores sociais comprometidos forem capazes de estimular e coordenar as vontades coletivas, as chances serão consideráveis. Não podemos deixar de lembrar, como mostram diversas experiências históricas, que quando as regras de representação democrática e a soberania do voto popular são aplicadas e respeitadas por longos períodos, mesmo sem unidade de visões e interesses, podem ser criados valores, consensos e pressões para que a alternância de poder não impeça a continuidade de grandes objetivos nacionais pactuados implícita ou explicitamente. Eles devem nortear a atualização permanente do projeto de desenvolvimento, sendo que o mais indicado a fazê-la é o governo. Este detém visão global, possui as informações necessárias, dispõe de quadros técnicos e de capacidade de mobilização da inteligência e dos atores nacionais. E, principalmente, possui a legitimidade e a liderança sem as quais a tarefa se torna impossível.

6 LIGEIRO OLHAR SOBRE O MOVIMENTO RECENTE DA REALIDADE BRASILEIRA

Aos que estão acreditando que estaríamos ingressando em um auspicioso processo de crescimento econômico sustentado, o qual nos levará, automaticamente, à condição de sociedade nacional desenvolvida, vale avivar a memória para que se dêem conta de que grande parte dos problemas hoje existentes é o resultado dos anos de crescimento acelerado com concentração de renda, com inobservância dos preceitos democráticos e de equidade.

Esquecem do que foi produzido em passado recente, como, por exemplo, conduzir o país à bancarrota por várias vezes, aguçar a financeirização da economia, entre tantos outros malfeitos. Parecem esquecer de mais de duas décadas perdidas, durante as quais abaixamos as nossas cabeças e nos fixamos no curtíssimo prazo. Hoje não demandam um projeto de futuro, continuam a rejeitar a atuação estatal coordenadora de interesses diferentes e construtora das convergências que superam obstáculos, não enxergam a importância de se construir uma sociedade menos desigual e mais coesa. Essa amnésia (ou cegueira) é uma amostra do quanto é poderosa a força da inércia e o medo de construir e explorar alternativas.

A adoção pelo IBGE de uma nova metodologia para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) proporcionou novas interpretações sobre a economia brasileira. Além de constatar um produto maior nos últimos anos (1995 a 2004), colocou em xeque as estimativas derivadas de modelo econométrico de previsão das possibilidades de crescimento econômico sem pressões inflacionárias. Tal modelo, adotado pelo Banco Central para calibrar a política monetária, justificou taxas de juros muito altas e por longo período, no suposto de que se assim não fosse o crescimento sem sustentação provocaria, inevitavelmente, aceleração inflacionária. Estas projeções estipulavam o limite de crescimento em 3,5%, limite este a partir do qual surgiriam fortes movimentos altistas. Os novos números permitem esperar que o potencial de crescimento da economia brasileira encontrar-se-ia um tanto além das projeções mais conservadoras e que não só as taxas de juros podem baixar, como, e principalmente, a economia nacional pode crescer mais, gerando mais empregos e maiores rendas, com relativa estabilidade de preços e, quem sabe, com menores desigualdades sociais.

Uma outra conclusão é a de que, apesar da taxa de formação bruta de capital fixo não ter crescido no período como era entendido necessário, ainda assim proporcionou elevação do produto consideravelmente superior. Esta poderia ser uma indicação de que o investimento estaria se fazendo com uma produtividade bastante maior do que a registrada em passado não muito distante. Se assim for, ampliam-se as possibilidades de crescimento sustentado e sem maiores riscos de surgir pressões inflacionárias endógenas à economia nacional. Inclusive, parece ser esta a expectativa do empresariado.

Segundo o IBGE, contas nacionais do terceiro trimestre de 2007, o investimento e o consumo das famílias (mais empregos, renda maior e crédito facilitado, com prazos largos e taxas cadentes) foram os principais responsáveis pela expansão do PIB de 5,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Como há indícios de que a tendência persistiu, o crescimento do produto, em 2007, será algo bastante superior aos 3,7% de 2006. O Banco Central, Relatório de Inflação de dezembro de 2007,²⁴ projetava um aumento

24. www.bcb.gov.br/?SISMETAS – acesso em 28.01.2008.

do PIB da ordem de 5,2%, com a projeção de crescimento dos investimentos subindo de 8,5% para 12,2%. A produção doméstica de bens de capital teria apresentado um aumento em torno de 20% em 2007 sobre os valores de 2006 e o volume importado de bens de capital, em 2007, pode ter conhecido uma expansão de 33%.

A nova metodologia para medir a produção interna de bens e serviços teve outras conseqüências importantes. A relação dívida/PIB caiu quase cinco pontos percentuais, melhorando um indicador muito observado na avaliação das economias nacionais. De igual modo, a carga tributária bruta também sofreu uma redução, já que é calculada em relação ao PIB.

O IPCA fechou em 4,46%, ao final de 2007, cumprindo a meta de 4,5%, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O efeito combinado dessas constatações deveria ser o de permitir uma queda mais acentuada na taxa básica de juros (Selic), uma ampliação do crédito, do investimento e do consumo privados.²⁵ Isso seria reforçado pelas decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional, que em dezembro de 2007 decidiu manter a meta de inflação para 2008 e 2009 em 4,5% e manteve a TJLP (utilizada pelo BNDES em suas operações de financiamento ao setor produtivo) em 6,25%. O Banco Central promoveu reduções da taxa Selic (variáveis entre 0,25% e 0,5%) desde agosto de 2005, fazendo-a cair de 19,75% para 11,25%, em setembro de 2007. Desde então este valor tem sido mantido. A pergunta que se faz é se o BC não vai deixar se intimidar pelos imprecisos prognósticos sobre as conseqüências da crise americana e, dadas as condições imperantes na economia brasileira, retomar a política de redução. Tal opção traria efeitos benéficos para o custo do dinheiro e para conter a apreciação do real, sem prejudicar a relativa estabilidade dos preços. E também para a política fiscal, que tem sido fortemente penalizada por carregar uma dívida elevada e com custos muito pesados. Não pode ser esquecido que mesmo atualmente as taxas de juros reais praticadas no Brasil ainda são das mais altas do mundo.

O crescimento econômico maior, a relativa estabilidade monetária, a ampliação do emprego e dos rendimentos, a queda (insuficiente e muito lenta) da taxa de juros básica, o incremento das exportações, o afluxo de capitais estrangeiros (especulativos e produtivos), a apreciação do real,²⁶ entre outros fatores, proporcionaram as condições para uma considerável expansão do crédito. Mesmo com a taxa média de juros, para todos os tipos de empréstimos, tendo fechado em 2007 ao redor de 35% a.a., com o *spread* mais elevado do mundo, o volume total aplicado alcançou o equivalente a 35% do PIB, contra 22% em 2003, e continua crescendo mês a mês. A taxa de juros média a pessoas físicas ficou em 45% a.a. e, para as pessoas jurídicas, 23%, em novembro de 2007.²⁷ Digno de destaque tem sido, também, o desempenho recente do mercado

25. Se a crise do sistema financeiro americano, desatada por o estouro dos títulos *subprime*, não contagiar o lado real da economia e se expandir para o resto do mundo. Todavia, como dessa vez a coisa é lá e não cá, não faltam vozes (FMI, inclusive) a dizer que, na circunstância, o apropriado é adotar uma receita tipicamente keynesiana: baixar juros e elevar as despesas públicas.

26. O real apreciado frente ao dólar e ao euro tem sido um elemento na obtenção da taxas de inflação de até um ponto percentual abaixo da meta. A face perversa dessa apreciação é retirar rentabilidade de muitos setores que não conseguem resistir à concorrência internacional, principalmente a chinesa. Resulta, então, o fechamento de fábricas, quedas na produção, demissões e a transferência de empregos, de produção e de arrecadação tributária para o exterior.

27. Não por acaso, os bancos batem recordes de lucratividade (e de massa de lucros) a cada balançete que publicam.

de capitais no Brasil.²⁸ De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 2006 foram lançados R\$ 110,2 bilhões em títulos privados de renda fixa e variável, um crescimento real de 74% frente ao ano anterior.²⁹ Do total, as debêntures representaram 63,1%. Esta é uma fonte de financiamento bem menos custosa do que os empréstimos bancários, e que está apresentando crescimento acelerado desde 2004.

O desempenho da economia em 2007 possibilitou melhorias no mercado de trabalho.³⁰ Desde 2006 o emprego formal cresce mais rápido do que a população ocupada. A taxa de desemprego (IBGE/PME) fechou o ano de 2007 com a média de 9,3% e de 7,4% em dezembro, a menor desde 2002. Em comparação com o ano anterior houve aumento de 3% no número de pessoas ocupadas, representado por a criação de 1,6 milhão de postos com carteira assinada, o maior número desde 1992, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE).

Esse comportamento do mercado de trabalho tem permitido uma recuperação dos valores reais das remunerações recebidas pelos empregados. Um aspecto importante a destacar nesse processo é que³¹ em 2007 teve continuidade a redução virtuosa na desigualdade dos rendimentos do trabalho, propiciada por crescimento real mais forte nos estratos inferiores da estrutura salarial. Agregue-se a isso a política de valorização do salário mínimo, que beneficia, direta e indiretamente, em torno de 30% da população brasileira, por conta do seu “efeito farol”³² e de sua vinculação aos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como o pleno alcance das metas (11 milhões de famílias) estabelecidas para o Bolsa Família, e teremos a explicação para o fato do PIB estar subindo impulsionado, fortemente, pelo consumo das famílias.

São muito positivas as repercussões desse processo para a Previdência Social, pois reforça a tendência instalada desde 2003. Dessa época a 2006, a proporção de pessoas que contribuem para previdência aumentou em 11,9%, no Brasil metropolitano, contra uma taxa de expansão da ocupação total de 8,6%, no mesmo período. A manutenção dessa trajetória, em 2007, foi bastante alvissareira. A Previdência Social pagou, em 2007, um total de R\$199,8 bilhões em benefícios previdenciários (R\$ 184,4 bilhões) e não-previdenciários (R\$ 15,4 bilhões), um aumento real de 7,4% sobre o ano anterior. Por suas conseqüências sociais e pela sua magnitude, trata-se de algo a ser devidamente valorizado, tanto no que se refere a proporcionar condições de existência mais dignas a milhões de famílias, como pela demanda que cria para o setor produtivo nacional.

Efeitos mais sensíveis ainda são sentidos no meio rural e nos pequenos municípios espalhados pelo país, que têm o seu comércio e a sua arrecadação tributária fortemente animados pelos ingressos monetários proporcionados aos aposentados, pensionistas, aos atendidos pelos benefícios assistenciais e pelo Bolsa Família. Do ponto de vista do seu financiamento, a Previdência Social está conhecendo uma redução na taxa de crescimento das transferências do Tesouro, em virtude do melhor desempenho do emprego formal e das reformas de natureza gerencial em implantação. Essa tendência será reforçada com a criação da Receita Federal do Brasil e aprovação do SuperSimples.³³

28. BNDES (2007).

29. A título de comparação, em 2007, o BNDES concedeu empréstimos em um montante de R\$ 65 bilhões.

30. Todas as informações referentes às áreas e políticas sociais foram retiradas de IPEA (2007), doravante aqui citado como IPEA/DISOC 2007.

31. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Trabalho e Renda, principalmente o gráfico 4.

32. Ver Cardoso Jr. e Gonzalez. (2006).

33. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Previdência Social.

Deve ser frisado que as Necessidades de Financiamento do INSS (transferências do Tesouro) estão crescendo a taxas cadentes, mesmo com todos os aumentos reais que o salário mínimo vem conhecendo nos últimos anos (32%, entre 2002 e 2007). Em 2006, as receitas correntes do INSS (contribuições de empregados e empregadores) tiveram um aumento real de 11,2%, ao passo que as transferências do Tesouro subiram 8,5%. O resultado previdenciário (diferença entre despesas e receita) em 2007 foi 2,4% superior ao de 2006, o menor crescimento conhecido. Indica que se a economia continuar a crescer, com ampliação e formalização do emprego como vem se dando, há alta probabilidade de o sistema previdenciário brasileiro entrar em equilíbrio financeiro.

A tais constatações podem ser acrescentadas outras que têm contribuído para a conformação de um ambiente econômico-social interpretado por muitos atores sociais, estudiosos e analistas como promissor.

O forte dinamismo da construção civil, que com o seu efeito de encadeamento e a grande intensidade em trabalho, tem atraído volumes crescentes de investimento privado. No particular, conta muito a política governamental que com os programas da CEF, os recursos do FGTS e com o aumento das dotações orçamentárias injetou consideráveis montantes financeiros no setor. O sistema habitacional de interesse popular tem permitido sensível aumento no atendimento da população de renda mais baixa (até cinco salários mínimos), onde se situa a mais ponderável parte do déficit habitacional brasileiro. De 2002 para 2006, a participação dessa faixa de renda nos financiamentos CEF/FGTS passou de 57% para 70%.³⁴ Mais uma contribuição para a elevação das condições de vida da população pobre e para a redução das desigualdades sociais.

A correção das alíquotas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas está ampliando a disponibilidade líquida para o consumo das famílias, principalmente as com menores rendimentos. No mesmo sentido operam três outros ingredientes. A queda das taxas de reajustes das tarifas de telefonia e energia elétrica (em alguns casos houve redução nominal dos valores),³⁵ propiciadas pela variação negativa do IGP-M,³⁶ índice que as corrigia, invertendo uma tendência de crescimento real pronunciado que vigorou desde a privatização destes setores, bem como a troca de índices gerais por índices setoriais específicos. A política de preços dos combustíveis praticada pela Petrobras (muito espaçados no tempo e em pequenos valores) tem feito com que as tarifas do transporte urbano de passageiros também tenham conhecido reajustes inferiores e tem reduzido o peso das despesas com combustíveis e lubrificantes para os proprietários de veículos automotores com menores rendas. O alto desempenho do

34 Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Habitação.

35. A telefonia fixa conheceu deflação de 0,83%; a energia elétrica teve reajuste médio de 0,28%; os combustíveis, mesmo com a forte elevação dos preços internacionais do petróleo, foram corrigidos, na média, em 2,3%, com o preço do álcool sendo reduzido em 5,1%. Ver IBGE (2006).

36. Com o real se valorizando frente ao dólar e a perda de ímpeto altista de muitos bens e serviços de produção interna, o IGP-M conheceu deflação em 2005, base para a correção das tarifas em 2006. Ademais, 2007 contou com a significativa influência do câmbio apreciado, com o efeito da aplicação de índices de correção específicos em substituição aos gerais (energia e telefonia), a alteração de metodologia de cobrança das contas de telefone fixo de pulso para minutos, com redução em algumas regiões, inexistência de reajuste nos preços da gasolina – o último ocorreu em 2 de março de 2006 – e inexistência de reajuste nas tarifas de ônibus urbanos em algumas regiões.

sistema agroalimentar está permitindo a vigência do mais longo período³⁷ de estabilidade no abastecimento. Isso tem feito com que os preços relativos dos alimentos tenham caído, reduzindo o peso da cesta alimentar nas despesas domésticas (representavam mais da metade nas famílias com rendas muito baixas), liberando o orçamento para outros gastos. De novo, contribuições nada desprezíveis para a ampliação do bem-estar das camadas subalternas da sociedade.

No caso específico dos alimentos, o ano de 2007 presenciou uma certa reversão, com os preços destes itens conhecendo uma elevação de 10,74%. O fenômeno se deveu a: chuvas intensas no primeiro semestre e longa estiagem no segundo; redução de safra por baixa remuneração ao produtor em períodos anteriores; preços elevados dos produtos cotados no mercado internacional; aumento das exportações – favorecido pela redução de oferta em países produtores; aumento da demanda interna e externa por alimentos. Ou seja, não há nada que uma eficaz política agrícola e de abastecimento não resolva.³⁸ A safra nacional deverá fechar 2007 em 133,0 milhões de toneladas de grãos, 13,7% maior do que a de 2006 (117,0 milhões de toneladas). Tanto o IBGE quanto a CONAB estimam uma produção recorde para o ano agrícola 2007/2008. Ademais, não se pode esquecer que o feijão, principal responsável pela subida do índice de preço, dá três safras no Brasil, e que a produção de leite caminha para a normalidade. Temos também a contribuição baixista dos preços dos produtos não alimentícios que aumentaram bem menos do que em 2006.

Existem pressões de alta que possuem caráter benéfico, dado o seu conteúdo distributivista. São alguns preços fortemente influenciados pelos reajustes anuais do salário mínimo, com destaque para os serviços, especialmente sobre o item “empregados domésticos”. Como a renda está crescendo, estas pressões serão absorvidas sem maiores dificuldades, como foram nos anos anteriores.

Vão ficando, assim, cada vez mais explícitas as fortes relações entre política econômica, política social e a qualidade da vida de uma sociedade. A virtuosidade dos processos de desenvolvimento somente é alcançada quando em presença de elevada consistência entre tais políticas e entre elas e todas as demais políticas setoriais. Um autêntico processo de desenvolvimento, em realidades como a brasileira, demanda grande esforço de coordenação. Exige, ademais, a atuação convergente de todos os níveis de governo para os mesmos objetivos traçados pela vontade nacional.

Claro está que não nos encontramos próximos dessa condição. No entanto, existem espaços de possibilidades que podem ser aproveitados. Mesmo muito segmentadas e setorizadas, longe de conseguirem integração sinérgica, muitas ações governamentais setoriais estão em sintonia com o movimento promotor de maior equidade em nossa desigual sociedade.

A intensificação, em 2006, dos assentamentos de reforma agrária possibilitou a incorporação de 136,3 mil famílias à condição de produtores. Este número é expressivo por representar 16,7% de todas as famílias assentadas até então e 33,2%

37. Pois se alonga por mais de uma década.

38. Basta não dispensarmos os velhos e bons instrumentos de política, intensamente usados nos EUA e na UE, como estoques reguladores, preços mínimos, zoneamento agroecológico-econômico, contingenciamento de exportações etc. No início de 2008 o preço das *commodities* alimentares conheceu um ímpeto ascensionista por conta de desenfreada especulação com as mesmas, alternativa para os grandes fundos de *hedges* que muito perderam com outros ativos.

do realizado entre 1995 e 2002, que foi o período de mais veloz execução da reforma agrária.³⁹ Deve ser considerado que, em média, em cada gleba familiar são criadas três e meia ocupações produtivas e é gerada renda equivalente superior a três salários mínimos mensais (quando em plena operação). Mesmo as unidades que ainda se encontram em instalação recebem créditos para se manterem e implantarem culturas, antes de serem atendidas pelo crédito “linha A do Pronaf”. Os efeitos multiplicadores da criação de ocupações produtivas e de renda monetária pelos assentamentos de reforma agrária ainda estão para ser devidamente estimados. Todavia, dado que se localizam, predominantemente, em áreas de baixo dinamismo econômico, acabam produzindo resultados positivos de considerável expressão, o que tem sido apanhado, indiretamente, pelo crescimento da arrecadação municipal de suas respectivas áreas de influência e pela expansão das atividades comerciais e de serviços. Lastimavelmente, o Programa de Assentamento de Trabalhadores conheceu um desempenho pífio em 2007.

A expansão da cobertura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que em 2006 realizou 1.792 mil contratos com produtores familiares (crescimento de 7,3%, em relação a 2005), envolvendo a aplicação de R\$ 7,4 bilhões (um crescimento real de 11,1%, sobre 2005), tem possibilitado considerável aumento da produção e da renda dos beneficiados. No caso, deve ser ressaltada a progressiva ampliação da participação do crédito destinado ao investimento no total desembolsado pelos agentes financeiros. Entre 2003 e 2006, passou de 38% para 47%. Tal ocorrência é da maior importância, pois significa que os produtores familiares estão ampliando os seus ativos, elevando a produtividade, aumentando suas rendas e com isso assegurando sustentabilidade socioeconômica e reduzindo as desigualdades sociais no meio rural. Ademais, também trazem benefícios consideráveis à economia local/regional, com as suas demandas e com o que ofertam em termos de empregos, produtos e serviços.

A atenção à saúde vem conhecendo sucessivas intervenções do governo federal,⁴⁰ com vistas à constituição de um novo padrão de prestação de serviços que resulte em melhorias para a população e maior eficiência em sua gestão. O Ministério da Saúde deu partida ao chamado Pacto pela Saúde, instituiu o Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS), aumentou em 15,4% o valor fixo do Piso de Atenção Básica e ampliou os incentivos para os programas considerados estratégicos, o Saúde da Família (PSF) e o Agentes Comunitários de Saúde (PACS). O PSF havia conseguido organizar 787 equipes em 1995, chegando em 2002 com 16,1 mil. Ao final de 2006 eram 26,7 mil equipes (aumento de 66%, em quatro anos), atuando em quase todo o país. Como no financiamento do SUS metade dos recursos é originada do governo federal (a outra metade compõe a contrapartida de estados e municípios), o ministério está colocando forte ênfase no Pacto de Gestão do SUS. Uma das resultantes desse processo é a integração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 com o Pacto pela Saúde e com o Plano Nacional de Saúde, o que deverá proporcionar uma elevação da eficácia global do sistema, bem como da eficiência na aplicação dos recursos. O SUS, por sua concepção e cobertura, é um dos principais instrumentos de redução das desigualdades sociais.

Na mesma linha, mas voltada para a atenção às populações socialmente vulneráveis, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) instituiu a Política Nacional de Assistência Social. A PNAS está organizada em duas linhas: a principal, Proteção Social Básica, e a complementar, Proteção Social Especial. A primeira atendeu 11,1 milhões de famílias,

39. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Desenvolvimento Rural.

40. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Saúde.

em 2.232 Centros de Referência da Assistência Social – Cras (número 13% superior aos existentes em 2005), distribuídos em 1.609 municípios. A Proteção Social Especial desenvolveu uma enorme gama de atividades para públicos específicos. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conseguiu ver aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, que, entre outras determinações, estabelece a de organizar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. No ano de 2006, os benefícios pagos a idosos e deficientes (Benefício de Prestação Continuada – BPC) e aos com direito a Renda Mensal Vitalícia alcançaram 2,9 milhões de pessoas (mais 5,3% que em 2005) e totalizaram R\$ 9,7 bilhões. O Bolsa Família, beneficiando algo em torno de 45 milhões de pessoas (11 milhões de famílias), desembolsou R\$ 7,5 bilhões, e os outros programas de transferência de renda atenderam a 650 mil famílias, aplicando R\$ 467 milhões. Quanto menos iníquo o país, menor a necessidade de ações mitigadoras da desproteção social. No Brasil, a assistência social ainda não atende a todos os que a ela demandam. No entanto, o que está a realizar tem contribuído substantivamente para a redução da miséria.

A debilitada educação brasileira⁴¹ recebeu um reforço significativo ao final de 2006. Foi aprovada a Emenda Constitucional nº 53 que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – o FUNDEB. Com isso, diferentemente do FUNDEF, que vigorou de 1996 a 2006, passa a financiar a educação infantil (crianças com até cinco anos de idade), o ensino fundamental com nove anos de duração, e incorpora-se o ensino médio. O novo fundo amplia a participação da União no financiamento da educação básica (R\$ 9,5 bilhões entre 2007 e 2009 e 10% no total do fundo, a partir do quarto ano). São definidas diversas regras de distribuição de recursos financeiros e técnicos, todas de evidente compromisso com a equidade. Em 2006, o Ministério da Educação deu início à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, que objetiva implantar 110 novas escolas, mais do que dobrando a rede de escolas federais, ofertando cursos sintonizados com as demandas regionais e para atender aos arranjos produtivos locais (APLs). A rede federal de universidades também está a presenciar considerável expansão, com a conversão de *campi* ou escolas isoladas em sete universidades (BA, RN, MG, MS, PR) e a criação da nova Universidade Federal do ABC, em São Paulo. Trata-se de considerável esforço de democratizar o acesso às escolas técnicas e universidades públicas, de abrir canais de mobilidade social, de reduzir desigualdades sociais e regionais e atender às evidentes carências do mercado de trabalho por profissionais qualificados. Em 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação, ambicioso e abrangente, que pretende atacar todos os principais problemas da área, em todos os níveis. Se for efetivamente implementado e tiver sucesso, poderemos ter mudanças significativas no quadro educacional brasileiro ao longo dos próximos anos.

As ações destinadas à promoção de maior igualdade de gênero, etnia, de proteção aos direitos humanos e de valorização e dinamização da cultura apresentam resultados interessantes,⁴² mas modestos. Estão a revelar que são dependentes de um ambiente socioeconômico e político-cultural mais democrático, solidário, dinâmico e

41. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Educação.

42. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulos: Igualdade de Gênero; Igualdade Racial; Direitos Humanos e Cidadania; e Cultura.

em interação mais potente do que a constatável no presente. Isoladamente, tais ações podem pouco. Quando concebidas e executadas de forma verdadeiramente transversal, integradas à lógica que preside cada uma das outras políticas setoriais, as suas possibilidades e capacidades transformadoras são *magnificadas*.

O mesmo raciocínio se aplica ao acesso à justiça e à segurança pública.⁴³ As importantes reformas promovidas no âmbito do sistema judicial brasileiro são passos cruciais para a democratização, o aperfeiçoamento e a eficácia da Justiça. Mas não só é necessário avançar, como é imprescindível que os poderes executivos, as grandes empresas privadas, deixem de assoberbar os tribunais, praticamente inviabilizando ao cidadão comum um acesso facilitado, decisões rápidas e justas. A insegurança pública reinante e crescente não será eliminada apenas com a ação policial repressiva. Suas causas são profundas e de natureza complexa. A banalização da violência, a criminalidade expansiva, a indignação espasmódica não encontrarão alívio no endurecimento da legislação, na redução da maioria penal, no encarceramento desenfreado, no extermínio de pequenos criminosos ou dos jovens soldados do tráfico de drogas. A sociedade é que tem que erradicar o processo de produção de desigualdades, de desesperanças, de seres que estão perdendo a humanidade. A superação passa por encontrar os caminhos para uma forte redução das iniquidades, para o aumento da solidariedade e da coesão social, para a promoção dos valores maiores e das práticas que fazem e expandem uma civilização.

7 RUMO AO DESENVOLVIMENTO?

O ano de 2006 trouxe alguns avanços e outras tantas frustrações. O crescimento da economia ficou muito aquém do necessário e, pior, do possível. Novamente, na América Latina (crescimento de 5,3%)⁴⁴ ficamos à frente somente do Haiti. Nos últimos tempos temos apresentado uma taxa média de expansão do PIB que fica entre um terço e metade das taxas médias dos países classificados como “emergentes”. Em 2007, conhecemos um desempenho melhor. As estimativas indicam que o PIB deverá ter crescido acima dos 5%. Há, também, um quase consenso entre os analistas de que em 2008 o país pode conhecer um crescimento entre 4% e 5%, caso a crise americana não se traduza em profunda recessão e se espalhe por o resto do mundo. O desempenho brasileiro se daria principalmente por conta da elevada participação do consumo interno e a firme recuperação dos investimentos.

Contestamos os que vêm ali as provas seguras de que estaríamos em processo de crescimento sustentado, o qual traria, inexoravelmente, o desejado desenvolvimento nacional. Se entendermos o desenvolvimento de um país com as características do Brasil como algo mais complexo do que isso e tivermos como imagem-objetivo um *mix* dos traços mais interessantes⁴⁵ dos países desenvolvidos, veremos que a nossa economia e a nossa sociedade têm conhecido alguns processos que não permitem vislumbrar trajetórias verdadeiramente desenvolvimentistas.

43. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Justiça e Segurança Pública.

44. Cepal (2006).

45. Econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais, institucionais, regionais, científico-tecnológicos, e todos os demais que fazem as sociedades mais democráticas, igualitárias, coesas, pacíficas e com elevada qualidade de vida, as economias mais dinâmicas e competitivas, as culturas ricas e diversas, as instituições mais eficazes, entre outras tantas características a que tanto aspiramos poder desfrutar.

Os setores industriais⁴⁶ com maior sofisticação e intensidade tecnológica estão vendo a sua participação cair 16%, nos últimos dez anos, enquanto a indústria básica aumentou em 9,6%. Foram os setores com intensidade tecnológica "média-baixa" (metalurgia básica, papel e celulose, petróleo etc.) os que mais aumentaram a sua participação na indústria nos últimos dez anos, passando de 29,6% do total para 39,2%. Nesse período, ganharam posições algumas áreas com menor valor agregado e que geralmente pagam salários mais baixos. Entre as *commodities*, a indústria extrativa mineral dobra a sua participação no total da indústria, acompanhada pelo setor de petróleo, coque e combustíveis. Na atualidade, cerca de 70% da indústria está concentrada em produtos de "baixa" ou "médio-baixa" tecnologia, enquanto a participação dos produtos mais sofisticados diminuiu de 36% para 30% no total da produção. A participação dos setores de "alta" tecnologia no total da indústria caiu de 4,9% para 4,1% nos últimos dez anos. E a dos de tecnologia "média-alta", de 31,1% para 26,2%. Esta tendência tem sido reforçada com a valorização do real e favorece a importação de produtos mais intensivos em tecnologia, principalmente eletrônicos e bens de capital. A título de exemplo: entre os diversos segmentos que contribuíram negativamente para o crescimento do saldo comercial, o de maquinaria eletroeletrônica obteve um resultado muito negativo: -168,3%.⁴⁷

Tal processo tem sérias implicações para o desenvolvimento nacional ao inibir, e no limite impedir, a constituição e expansão de um núcleo endógeno de produção e difusão de novas tecnologias e inovações. Torna o país dependente das economias tecnologicamente dinâmicas para aumentar a sua produtividade global e enfrentar o aguçamento da competição internacional e mesmo nacional (mercado aberto). Deve ser levado em conta que a tecnologia e as inovações são ingredientes decisivos na disputa por mercados, compõem a estratégia de nações e empresas e dificilmente estão disponíveis, para aquisição, em suas versões mais avançadas. Em 2007, o número de patentes internacionais registradas pelo Brasil (384) causou decepção ao organismo da ONU responsável pelo setor, a Ompi. Nosso país situou-se em 24º lugar no *ranking*, atrás da Coréia (4º), China (7º), Índia (19º) e Rússia (24º). O primeiro colocado, os EUA, registrou 52.280 patentes.⁴⁸ Um processo nacional de desenvolvimento exige a constituição de um "sistema nacional de inovações" (bem situado no interior de uma política industrial consistente e progressista) que supra a economia doméstica das condições para a expansão competitiva, assim como exige um sistema de financiamento à produção e ao investimento capaz de dar conta da enorme heterogeneidade de nossa estrutura produtiva de bens e serviços.⁴⁹

O crescimento acelerado das importações, bem acima da taxa de aumento das exportações, promovendo quedas sistemáticas no superávit comercial, é uma das causas a dificultar a redução da elevada taxa de desemprego vigente. Ainda que a economia tenha crescido acima dos 5%, a taxa de desemprego metropolitano, medida pelo IBGE, continua muito elevada, influenciada pelo alto desemprego entre os jovens de 16 a 24

46. IBGE (2005). As informações disponíveis para 2006 e 2007 confirmam as tendências detectadas entre os anos 1995-2005.

47. Iedi (2007a).

48. Folha de São Paulo, 22.02.2008.

49. É uma pergunta recorrente: até onde o sistema financeiro brasileiro (público e privado) é capaz de alcançar a base da estrutura produtiva e fomentar as iniciativas da economia familiar, dos pequenos negócios? Advoga-se, aqui, a necessidade de se pensar na criação de agências não bancárias de financiamento para esses segmentos, acopladas a poderosos e capilares sistemas de extensão e assistência técnica à indústria, agricultura (agroindústria) e serviços.

anos, que alcança 45%,⁵⁰ e pelo crescimento da PEA, indicador da necessidade de mais membros das famílias buscarem rendas que complementem o orçamento doméstico. E, também, porque os setores que mais estão gerando empregos são os de média-baixa e baixa tecnologia (construção civil, agroindústria sucroalcooleira, entre outros), onde os salários são menores e as condições de trabalho piores. Donde o salário médio recebido em 2007 ainda não ter recuperado o valor real do vigente em 2002. Há que se registrar que a taxa de informalidade no mercado de trabalho, mesmo estando a cair lentamente, ainda é muito elevada, um pouco abaixo dos 50%, algo desconhecido nas economias consideradas desenvolvidas. Com respeito à forte participação do trabalho (e pequenas empresas) informal, parece haver certa funcionalidade entre a sua expansão, as taxas de desemprego mais do que duplicadas, a redução da renda do trabalho. Diante do empobrecimento geral da massa assalariada, foi com a oferta de bens e serviços de baixa qualidade e baixos preços, produzidos pelo mercado informal, que se fez possível a reprodução da força de trabalho formalizada e dos empobrecidos em geral. E isso não é próprio de países desenvolvidos.

Alguns outros fatos ilustram a ausência de visão larga e profunda que necessariamente orienta um projeto nacional de desenvolvimento.

Nos últimos anos (desde 2004) houve uma retomada da indústria automobilística sediada no Brasil. Em 2007 a produção bateu novo recorde: 2,97 milhões de unidades, sendo 2,4 milhões de automóveis. No mesmo ano, foram licenciados 2,40 milhões de veículos (1.928 mil automóveis), aos quais se acrescentam 224.180 importados (167.776 automóveis).⁵¹ Tal feito está sendo comemorado. Por um lado isso significa mais empregos, renda e tributos. Por outro (não comemorável), mais congestionamentos nas nossas saturadas metrópoles e cidades grandes, mais acidentes e mortes no trânsito caótico, mais tempo desperdiçado nos deslocamentos casa-trabalho, mais poluição e efeito estufa, mais obras caras (túneis, elevados, vias expressas, anéis etc.) que não resolvem, apenas minoram temporariamente o problema, absorvendo recursos públicos que poderiam ter outras destinações que aumentassem a mobilidade. Enquanto isso, os sistemas de transporte urbano de passageiros mais eficientes e de melhor qualidade (trens, metrô, VLTs) ficam apenas nos sonhos. Uma nação que queira construir um futuro mais igualitário, mais harmônico, mais sustentável, atribuindo valor à qualidade da vida coletiva, procurará, no mínimo, equilibrar os dois lados desse fato.

O uso do câmbio (real valorizado) como instrumento de combate à inflação tem trazido consequências nada desprezíveis: a manutenção do desemprego em patamares elevados, informalidade, desproteção social e perda de arrecadação previdenciária; destruição de empresas em alguns setores, inclusive naqueles importantes para a internalização das condições de reprodução da força de trabalho (têxteis, confecções, calçados, mobiliário, entre outras); inviabilização de exportações por parte de segmentos

50. Aliás, a crítica situação da juventude brasileira deveria ser objeto da maior atenção por parte de todos os governantes, das lideranças de todos os setores da sociedade e de todos os cidadãos responsáveis. Principalmente os jovens pobres, que estão submetidos a toda sorte de violência, conhecendo elevadas taxas de mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes e drogas), vivendo em famílias desestruturadas e em espaços desprovidos de serviços, atratividade e segurança. Estão a receber educação de muito baixa qualidade, a sofrer incompreensões diversas e a ver o futuro se estreitar e as expectativas de amadurecer e ascender sendo destruídas. A juventude deixa de ser o futuro do país e passa a ser um dos seus maiores problemas sociais.

51. Anfavea (2007) – acesso em 09.02.2008.

industriais com forte potencial de inovação, caso contassem com mercados mais volumosos, e de outros que diante do aumento brutal das importações concorrentes acumulam sérias desvantagens competitivas (eletrônicos de consumo, telefones celulares, balas e confeitos etc.). Acrescente-se a isso as remessas de lucros para o exterior em volumes recordistas; aumento dos investimentos brasileiros no mercado externo em busca de condições de produção compatíveis com os preços internacionais. Tudo somado, estamos novamente sendo conduzidos a conhecer déficits em conta corrente: a partir de 2008 (nos 12 meses fechados em janeiro), o déficit já chegou a US\$ 4,2 bilhões. Aumentará, assim, a dependência da economia brasileira ao ingresso de capitais estrangeiros, especulativos ou não (que passarão a remeter mais lucros às suas matrizes/proprietários), justamente em um momento em que o cenário internacional é tomado por pesadas nuvens da incerteza, pela possibilidade de forte e duradoura crise, de aumento exacerbado da concorrência e, talvez, do protecionismo.

Quando orientado por um projeto nacional de desenvolvimento, o uso do câmbio como instrumento de estabilização de preços seria momentâneo. Estaria acompanhado de medidas de caráter estruturalmente transformador, como uma política de apoio à elevação da produtividade de setores atingidos, a adoção de mecanismos de proteção do mercado interno (tão utilizadas nos EUA, UE, Japão, Coréia), a colocação de restrições à livre movimentação de capitais (como fazem o Chile, a Argentina, Malásia, Tailândia e outros). Não jogaria o peso da formação de um necessário estoque de divisas apenas em uma dívida pública das mais caras do planeta, penalizando as camadas mais sofridas do povo brasileiro. E no que se refere às metas de inflação e às metas fiscais, não as adotaria em uma perspectiva gregoriana (anual), pois o ciclo produtivo nem sempre respeita esse calendário. Alongaria no tempo o alcance das metas, como forma de não breca o crescimento ante o surgimento de qualquer aumento localizado de preços, mediante a redução dos investimentos públicos e uma política monetária extremamente custosa para a maioria da população. Pequenas pressões altistas são um efeito corriqueiro, passageiro, de momentâneos desajustes nos preços relativos, decorrentes de uma economia que cresce sem coordenação público-privada e que ficou muito tempo contida em suas potencialidades. Podem e devem ser combatidas com instrumentos específicos e igualmente localizados.

Em qual projeto nacional de desenvolvimento cabe a aceitação de uma, não mais virtual, regressão da estrutura industrial do país, uma pauta exportadora concentrada em *commodities* agrominerais ou com baixo processamento?⁵² De onde virão os empregos de qualidade e as inovações que remetem a economia nacional a uma dinâmica inclusiva, promotora de forte mobilidade social ascendente? Como conciliar o manejo sustentado dos recursos naturais, a proteção e o uso inteligente da biodiversidade com a expansão avassaladora de atividades predatórias levadas a cabo pela agropecuária e mineração exportadoras?

Um projeto nacional de desenvolvimento autêntico comporta a ausência de uma política urbana? E se satisfaz com a gestão de escassos recursos orçamentários, destinados, segmentadamente, à habitação, saneamento e mobilidade, mediante emendas parlamentares pulverizadoras, quando se tem uma estrutura urbana lastimável,

52. Iedi (2007b).

metrópoles explosivas, favelas dominadas pelo tráfico de drogas e micromunicípios inviáveis? Aceita a existência de centenas de milhares de famílias sem-terra acampadas em miseráveis condições e que lutam desesperadamente por um trato de chão onde possam viver e produzir, quando existem milhões de hectares improdutivos ou fazendas do tamanho de países? Convive com um meio rural no qual a maioria da população padece da falta de tudo o que assegure condições dignas de existência? Em um projeto nacional de desenvolvimento a reforma urbana seria uma prioridade para elevar a qualidade de vida e da convivência social de milhões de habitantes das periferias e áreas degradadas que infestam as nossas cidades. A reforma agrária seria um instrumento de distribuição de riqueza e poder, integrada a uma política de desenvolvimento rural e reordenamento do território.

Lamentavelmente não é só. São vários outros os indicativos de que um processo de desenvolvimento não estaria em curso.

As dúvidas quanto ao suprimento de energia em médio prazo e as indefinições a respeito de nossa matriz energética do futuro. Neste caso, é mais do que evidente a necessidade de se pensar longe, com audácia e descortino. Temos uma invejável variedade de alternativas energéticas, a permitir domínio absoluto de fontes renováveis na matriz. Todavia, pouco ou quase nada estamos investindo no desenvolvimento de capacidades tecnológicas para o aproveitamento com baixo impacto ambiental do potencial hídrico, assim como não estamos próximos de ter esgotado o uso das pequenas quedas (PCH); pouquíssimo temos feito para viabilizar a incorporação dos cerca de 90/140 GW (potência instalável/em integração cumulativa) de potencial eólico;⁵³ a natureza dotou o Brasil de excepcionais condições para a produção de energia solar e, no entanto, a atual participação desta fonte na geração é irrisória. Existe aí uma enorme oportunidade para o desenvolvimento de tecnologias eficientes e de mais baixo custo, sem que estejamos a aproveitá-la; o aproveitamento da biomassa residual (resíduos de processamentos agroindustriais) é outra possibilidade. Apenas o bagaço de cana-de-açúcar tem sido utilizado com maior intensidade, mas longe de esgotar o potencial.

Bastou um ligeiro aquecimento da economia (vinha crescendo pouco acima de 2%, nos últimos doze anos) para que sejam evidentes os gargalos no sistema logístico do país. Há aumentos superiores a 20% nos custos de fretes rodoviários, filas de meses nas montadoras para a compra de caminhões novos e perda de negócios por falta de navios para entregar as mercadorias no exterior, no prazo acordado. Nos portos, os custos são altos, há filas para embarque e custos adicionais por conta disso. “O frete de um eletrodoméstico do porto de Paranaguá (PR) para os EUA custa hoje o mesmo que o de uma mercadoria partindo da China para o mercado norte-americano, mesmo sendo a distância muito maior. Segundo o Centro de Estudos em Logística, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os custos com transporte e logística no país equivalem a 12,75% do PIB, enquanto nos EUA são de 8,20%. Por deficiências de logística, exportar uma tonelada de soja do Brasil para a China – do norte de Mato Grosso, via porto de Paranaguá – custa hoje US\$ 18 a mais do que fazer o mesmo do estado norte-americano de Iowa” (Folha de São Paulo, 03.06.2007). O Brasil é extremamente dependente do transporte rodoviário, com cerca de 60% de toda a carga transportada movimentada por caminhões (contra 26%

53. Eletrobrás (2001).

nos EUA). Já o transporte ferroviário representa apenas 23% no Brasil, contra 40% nos EUA. Nos últimos dois anos, o Brasil investiu cerca de US\$ 1,8 bilhão/ano para ampliar e recuperar as suas rodovias, pois, em 2006, 41% da malha rodoviária federal se encontravam em estado ruim ou péssimo.⁵⁴ A China, com padrão de transporte semelhante, está investindo US\$ 70 bilhões entre 2006 e 2008. Sem logística não há desenvolvimento sustentado.

Nos últimos anos estamos presenciando uma retomada do investimento privado, cujo financiamento está assentado em quatro pilares: autofinanciamento, proporcionado por taxas de lucro excepcionais e ganhos financeiros obtidos na gestão do fluxo de caixa; créditos do exterior a taxas de juros e em prazos mais favoráveis do que os aqui obtidos; empréstimos do BNDES (que em 2007 totalizaram R\$65 bilhões); e recursos captados no mercado de capitais – lançamento primário de ações, debêntures, notas promissórias e FIDC, que em 2006 (e em 2007) levantaram mais do que o dobro dos recursos emprestado pelo BNDES.⁵⁵ Verifica-se, assim, a existência de duas possibilidades de constituição de um sistema de financiamento, com implicações distintas para o desenvolvimento nacional. De um lado, temos, incipientemente, o que poderia ser aproximado a um “modelo” franco-nipo-germânico, onde a banca público-privada articula e viabiliza o investimento produtivo, aqui concentrado no esforço do BNDES, BB, CEF, bancos regionais de desenvolvimento e, muito secundariamente, por alguns poucos bancos privados (evidenciando a necessidade de se pensar sistemicamente na incorporação da maioria deles). De outro lado, o do mercado de capitais, configura-se algo que lembra o “modelo” anglo-americano. Os países centrais acabaram por combinar os dois modelos quando passaram a dispor de montantes volumosos de riqueza monetária em busca de valorização, mas antes trilharam mais fortemente por um dos lados. O que nos interessa? O que vamos reforçar, por ser o mais adequado às nossas condições e ao projeto nacional? Não temos este debate no país.

A inexistência de um zoneamento agroecológico-econômico a orientar a expansão das atividades agropecuárias está comprometendo a sustentabilidade de importantes biomas (cerrado, Amazônia, pantanal, caatinga) e destruindo uma das grandes riquezas do país, a maior biodiversidade do planeta. Esta deve ser vista, em um projeto nacional de desenvolvimento, como um trunfo ímpar, como uma base para outro estilo de vida. Um *locus* para fazer avançar a pesquisa científica e tecnológica, um lugar de onde sairão novos conhecimentos, um espaço para o desenvolvimento de novos produtos, se forem conservados. Não são empecilhos ao progresso, se este é feito de forma sócio-ambientalmente sustentável. As forças do mercado, no seu imediatismo e voracidade, são incapazes de adotar, de moto próprio, perspectiva multidimensional, ecológica, de longo prazo. Somente entendem os recursos da natureza como fonte de lucros, nunca como um espaço de valorização da vida, do conhecimento, de oportunidades para gerações vindouras. Ao Estado cabe disciplinar o manejo de recursos estratégicos, a ocupação ordenada do território, a incorporação programada da fronteira de recursos. E isso não está sendo feito. A avides bioenergética do agronegócio e dos grandes grupos econômicos internacionais está sendo avaliada por alguns como sendo uma oportunidade. Não o é. Ao contrário, é uma ameaça que pode pôr o nosso futuro em causa.

54. CNT/CEST/SENAT (2006).

55. Coutinho (2007).

Com o deficiente quadro educacional vigente no país, é extremamente preocupante a redução de matrículas no ensino médio, o que vem ocorrendo desde 2005, quando houve uma queda de 137.000. Em 2006, foram menos 124.500 matrículas. Não é possível pensarmos em desenvolvimento com apenas 62 escolas públicas do país, das 18.653 avaliadas pelo MEC, nas quais os alunos de 5ª a 8ª séries têm uma educação do mesmo nível da média dos países desenvolvidos. Somente nessas os alunos alcançaram ou superaram a nota 5,5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), valor considerado pelo Ministério da Educação como a meta a ser alcançada por estas séries em 2021. Até lá deveremos contentar-nos com o quê, principalmente se não for estancado o declínio das matrículas no nível médio? O presidente da Petrobras, em participação no Fórum Nacional, apontou o mercado de trabalho como uma das restrições à expansão dos investimentos no país. Previu que a Petrobras e seus fornecedores irão encontrar dificuldades na contratação de mão-de-obra qualificada para atender aos novos projetos em carteira (Valor Econômico, 17.05.2007). E a Petrobras não é a única a sentir o problema. O setor sucroalcooleiro, os empreendimentos ambientais, os escritórios de projetos, também o estão. Algumas empresas estão considerando importar engenheiros e técnicos chineses. Dados do Sistema Nacional de Emprego (Sine) informam que em 2007 sobraram 1,02 milhão de vagas não preenchidas por insuficiência de mão-de-obra qualificada.⁵⁶

O quadro sanitário dos brasileiros está conhecendo alterações epidemiológicas significativas. Aumenta a incidência das doenças tidas como próprias de estágios mais adiantados em termos de riqueza material, urbanização etc.: as crônico-degenerativas, a hipertensão, as coronarianas, o diabetes, entre outros. No entanto, como que a reafirmar a tradicional dualidade básica que historicamente nos caracterizou, as doenças infecto-contagiosas não regridem na mesma proporção. A lembrar a nossa condição subdesenvolvida, a dengue, a malária, a leishmaniose, as hantavirose, a tuberculose, a febre amarela recrudescem. Contam-se aos muitos milhares os portadores do Mal de Chagas e da hanseníase. Todas estas doenças infecto-contagiosas são expressão da péssima qualidade de vida de parte enorme da população, que vive sem saneamento, sem moradia adequada, com renda insuficiente, sem conhecimento e informação. São doenças negligenciadas pelos centros de pesquisa, pelos laboratórios e pelos governos que não alteram as condições de existência do povo que as sofre. Não são doenças existentes em países desenvolvidos.

Estamos começando a nos acostumar com a barbárie que se expande velozmente por quase todo o espaço nacional. Chacinas de menos de dezenas de pessoas já não ganham espaço na mídia.⁵⁷ A batalha do Complexo do Alemão foi apresentada como veneno amargo oferecido à criminalidade, como se possível fosse dar veneno sem a resistência do eventual tomador. Por mais de dois meses quase cento e cinquenta mil pessoas viveram uma situação que lembra Bagdá, em seus piores dias: 44 mortos (com pelo menos cinco execuções a queima-roupa), quase cem feridos.⁵⁸ As balas perdidas ceifando vidas diariamente. Jovens de classe média se enveredam para a criminalidade odiosa (assassinam índios, mendigos, prostitutas e homossexuais, espancam mulheres e outros jovens, ameaçam professores etc.). Turistas estrangeiros (corajosos ou desinformados) são assaltados e mortos em nossas localidades mais atraentes. O crime

56. Folha de São Paulo, 26.01.2008

57. Somente nos primeiros seis meses de 2007 foram registradas quinze chacinas na cidade de São Paulo.

58. Números do final de maio de 2007.

organizado controla porções crescentes de território, funcionando como um estado, pois ali o Estado nunca esteve presente em sua inteireza. A violência e a insegurança pública aparecem liderando toda e qualquer enquete sobre os principais problemas em todos os lugares onde são feitas. Integrantes dos legislativos, executivos e judiciários de quase todas as Unidades da Federação são objeto de investigação policial, muitos chegando às cadeias. Os abastados se entrincheiram, se protegem com segurança privada, em carros blindados, e ignoram sua responsabilidade na produção dessa realidade. Os poderes públicos atacam as conseqüências de tal problemática, enquanto as suas causas permanecem prosperando. Faltam políticas organicamente concebidas, integradamente implementadas e finamente coordenadas. São políticas que só se tornam eficazes quando situadas no interior de um abrangente projeto de transformação nacional.

Onde se encontra a preocupação em construir uma institucionalidade propiciadora da exigente dinâmica de um processo de desenvolvimento? Quem organiza e opera um sistema nacional de inovações, quem responde por viabilizar a rede logística (intermodalidade viária, matriz energética assentada na renovação, comunicações no estado da arte, e, por definição, integrada)? Qual o Pacto Federativo a sustentar o espraiamento do processo por todas as partes do território nacional? A nossa Federação continuará sendo a única no mundo que confere *status* de ente autônomo aos municípios, cuja imensa maioria não apresenta viabilidade administrativo-financeira? Que sistema político-partidário melhor se compraz com os desideratos de um Brasil desenvolvido, socialmente incluyente, igualitário e democrático, economicamente dinâmico, ambientalmente sustentável, entre outros valores demandados pela cidadania? Quem cuidará para que o equilíbrio regional esteja sendo permanentemente perseguido?

Quem está animando a construção de uma vontade nacional em prol do desenvolvimento, como tivemos à época de Getúlio Vargas, de JK, assim como em todos os países que realizaram um projeto de desenvolvimento? Quem está incumbido de promover uma cultura cívica, condição necessária à coesão social, à compreensão das nossas diversidades, à instauração de uma nova sociabilidade baseada na solidariedade, no reconhecimento do outro? Como incorporar a população brasileira em uma nova vontade, em uma outra onda desenvolvimentista, se mais de dois terços dos habitantes deste país nunca vão ao cinema, a museus, ao teatro ou retira livros em bibliotecas? Se a metade nunca vai a exposições, a shows ou a feiras?⁵⁹ Qual o papel dos meios de comunicação e como envolver a produção artística e cultural em tal processo?

Mas o principal indício de que não estamos a percorrer um processo que possa ser chamado de desenvolvimento é não termos um claro roteiro a orientar a construção do caminho que leve a situação objetivada. Não dispomos da estratégia, que exigindo consistência da política econômica (juros, câmbio, estrutura tributária, diretrizes fiscais), articule-a virtuosamente com a política social e imponha a convergência de todas as outras políticas setoriais, permitindo enfrentar concentrada e integradamente os problemas (regionalizados), desmontando as engrenagens do atraso e das injustiças. A mesma estratégia que permite mobilizar e concertar os poderes da República, os outros níveis de governo e os atores sociais, canalizando competências, esforços e recursos diferenciados para a tarefa de superar obstáculos, preencher lacunas, reduzir distâncias, lançar pontes para uma outra realidade. Falta o

59. Ver IPEA/DISOC 2007, capítulo Cultura.

projeto com o qual se constróem os alicerces seguros e sobre os quais se ergue a nova nação. A elaboração desse projeto tem que ser uma iniciativa governamental, conclamando todas as lideranças responsáveis e comprometidas com a construção de um futuro diferente e muito melhor. “Desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade, em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade” (FURTADO, 1968, p.17-18). É preciso querer, e o querer coletivo exige coordenação estatal para assegurar a indispensável direcionalidade. Essas vontades e capacidades não são visíveis na atualidade. Mas é difusamente perceptível que muitos parecem se contentar com o simples acelerar das velhas engrenagens, as mesmas que construíram, em tempos passados e em outros não muito distantes, o presente que hoje vivemos.

8 É DIFÍCIL, MAS NÃO IMPOSSÍVEL

Longe de pretender a exaustão, os indícios lembrados acima apenas evidenciam a complexidade do desenvolvimento nacional. Apontam que é necessário muito mais do que tem sido feito. Mostram ser imprescindível que a sociedade brasileira e as suas principais lideranças elevem as suas ambições, pensem grande e ajam de acordo. Mostram, também, que não basta ver o PIB crescer quatro ou cinco por cento durante alguns anos. Não basta crescer de qualquer maneira. É preciso mais para acabar com a miséria e a pobreza, o desemprego, a informalidade, a super-exploração da força de trabalho, a insegurança pública e a violência, as desigualdades sociais extremas. Desenvolvimento autêntico exige crescer eliminando iniquidades, distribuindo riqueza e renda, fazendo a todos cidadãos em uma sociedade democrática, respeitadora dos direitos humanos, das diferenças étnicas, etárias, de gênero, de capacidades. Desenvolver é construir uma sociedade coesa e solidária. Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental são as exigências siamesas dos tempos atuais.

Desenvolvimento nacional requer um Estado apto a conduzir complexos processos de transformação socioeconômica e político-cultural. Um Estado organizado para dirigir e dotado de capacidade de governo que o habilite a lidar com a delicadeza e as exigências da tarefa.⁶⁰ É chegada a hora de tentar uma compreensão global e profunda da nossa realidade. Destacar os problemas sem lentes cor-de-rosa, analisá-los em sua complexidade sem escamotear aspectos desagradáveis, situá-los nos contextos apropriados, procurar entender os processos que os produzem. Terão que ser reconhecidos os potenciais existentes, que são muitos e de diversas naturezas, as tendências favoráveis em curso, as oportunidades existentes e as que podem se abrir. Pois são elementos poderosos para a superação dos problemas. E combater as tendências desfavoráveis com criatividade e determinação. Ser realista para poder ser eficaz.

Aos técnicos governamentais e aos pesquisadores e estudiosos dos problemas brasileiros caberão tarefas de suma importância. De partida, a mais imediata é superar o arquipélago no qual se encontram e construir pontes generosas em direção a todas as ilhas (de conhecimento e cultura organizacional) onde se situam. Superar a visão segmentada proporcionada pela especialização radical e pela fragmentação organizacional. Passar a lidar com os complexos problemas afetos ao desenvolvimento, respeitando a

60. Ver Garcia (2004; 2006).

complexidade que lhes é própria. Admitir a multidimensionalidade da vida humana, presente na unidade de cada indivíduo, tornado ser social pela convivência socialmente regulada com outros tantos. Reconhecer e superar as deficiências cognitivas próprias das nossas respectivas inserções nos processos sociais de produção de ações e de conhecimentos. Formular conceitos e produzir explicações capazes de apanhar globalmente as realidades objeto de intervenção. Organizar informações que expressem o que é técnica e politicamente importante, para sobre eles poder haver a decisão apropriada. Ofertar aos dirigentes e aos atores sociais elementos relevantes a compor as explicações que necessitam para agir em cada situação. Sem pretender a exaustão, fica evidente que se trata de uma pequena revolução em nossas concepções e práticas. Produzirão desconfortos, inseguranças e insatisfações momentâneas. Pouquíssimo provável, no entanto, que não desafiem os espíritos lúcidos e comprometidos com o país. As realizações pessoais serão proporcionais aos avanços coletivos. Um desafio intelectual nada desprezível.

Mais concretamente, deverão ser elaboradas respostas ou tentativas de respostas a questões nada triviais, mas que constituem fortes contribuições para superar falsos antagonismos e descobrir as interações sinérgicas que são requisitos para um processo de desenvolvimento nacional. Uma pequena amostra pode ser tentada a seguir.

- Qual política econômica torna progressivamente desnecessária a existência de programas sociais compensatórios?
- Como integrar e fazer convergentes as diversas ações que compõem a política social?
- Qual o mais eficiente e equitativo sistema de financiamento do investimento?
- Qual o sistema partidário-eleitoral que melhor propicia e sustenta um projeto nacional de desenvolvimento?
- Um projeto nacional de desenvolvimento se impõe ao longo do tempo quando é a expressão da vontade majoritária da nação, que ali vê contemplados os seus interesses principais. A sua formulação necessita ter a pretensão de ver alçada a condição hegemônica. Qual a contribuição indispensável, em tal processo, daqueles dedicados à produção/difusão cultural e ideológica?
- Como manejar os recursos naturais e a biodiversidade, em uma perspectiva de sustentabilidade consistente com a construção de uma sociedade justa, não perdulária, solidária com as gerações futuras e uma economia eficiente e competitiva?
- No mundo atual, com complexidade crescente, mudanças aceleradas, incertezas exacerbadas, ciência e tecnologia (C&T) são ingredientes cruciais ao desenvolvimento de qualquer país, mais ainda aos com características sociais, econômicas, ambientais e geográficas como o nosso. Como suprir a estrutura produtora de bens e serviços com infra-estrutura ecologicamente suave, com tecnologias limpas (simultaneamente, um desafio e um trunfo)?
- Como favorecer o acesso à tecnologia por parte da economia familiar, da micro e pequena empresa?

- Como promover o amplo acesso por parte da nossa população pobre e miserável a serviços eficientes e de qualidade, como condição tanto para a equidade como para a competitividade?
- Qual o formato de um novo Pacto Federativo que favorece a redução das desigualdades regionais e sociais, promove maior integração entre os entes, melhor articula esforços e competências em prol da redução das desigualdades, de um crescimento econômico sustentado e equitativo, ambientalmente sustentável?
- Como o Brasil pretende se posicionar no redesenho, em curso, da divisão internacional do trabalho? O desenvolvimento nacional pode prescindir de uma forte interação com o espaço socioeconômico e político-cultural sul-americano? A integração continental é uma necessidade ou um sonho irrealizável? Que posição estratégica o Mercosul deve ocupar no projeto de desenvolvimento brasileiro? É admissível pensar um Brasil desenvolvido, mantendo espaços subnacionais na pobreza e no atraso? O meio rural brasileiro carece de uma estratégia específica para o seu desenvolvimento equitativo e sustentável? A malha urbana brasileira é propiciadora de vida digna e cidadã, de ambiente competitivo, de dinamismo político-cultural?
- Que lugar a política de defesa nacional ocupa em um projeto de desenvolvimento? Como articulá-la de forma estratégica, democrática e eficaz com as outras dimensões da vida de um país, em prol da soberania, do dinamismo socioeconômico e da promoção da paz entre os povos?

Se tais desafios forem devidamente encarados, estaremos aprendendo a “lidar com o futuro como o produto de um composto dinâmico de necessidade, contingência, acaso e escolha” (DROR, 1999, p. 294). É necessário e viável dar conta dele. Muitos países o fizeram, e nós mesmos, em outras épocas, realizamos o que era considerado impossível. A ousadia responsável, a audácia calculada, a vontade realizadora são recursos disponíveis aos que não se intimidam, aos que se propõem a fazer história. As tarefas exigidas estão contidas em nossas possibilidades e capacidades. Requerem desprendimento, amplitude temporal, saber lidar com o complexo e o incerto, disposição dialógica e negociadora, competência para a ação conjunta e coordenada. Todos passíveis de serem apreendidos e exercitados coletivamente. Os ganhos são evidentes, acumuláveis e reproduzíveis, fazendo a sociedade cada vez melhor e mais capaz de se conduzir rumo aos pactuados objetivos a que se propõe.

A crise é, ao mesmo tempo, um risco e uma oportunidade. Como as crises não se resolvem sozinhas, cabe aos líderes estabelecer objetivos, traçar estratégias, correr os riscos e, aproveitando potencialidades e oportunidades, fazer o futuro de acordo com as aspirações do seu povo. Um novo país, maior, melhor e mais justo, poderá surgir. O momento exige e propicia. O governo federal está sendo demandado a ofertar a tão necessária visão de futuro do país (ou um cenário de longo prazo escalonado a partir do presente) e submetê-la à discussão. O que dela resultar deve orientar a articulação sinérgica do PAC, do PDE, do Pronasci, assim como de todas as outras iniciativas governamentais apresentadas ou em gestação, no âmbito do PPA 2008-2011,⁶¹ fazendo deste instrumento o embrião ou fase primeira de um projeto nacional de desenvolvimento.

61. Respectivamente, Programa de Aceleração do Crescimento, Plano de Desenvolvimento da Educação, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, e Plano Plurianual. Para que o PPA torne-se um embrião de projeto nacional ele deve assumir um caráter verdadeiramente estratégico, tornar-se seletivo e dedicado ao importante.

Por tudo o aqui exposto e defendido, acredito que cabe, apropriadamente, adotar, como fecho, trechos de uma entrevista de Eduardo Galeano à Agência Carta Maior, por ocasião do V Fórum Social Mundial, acontecido ao final de janeiro de 2005, em Porto Alegre.

Eduardo Galeano - Sobre essa questão de horizonte utópico, lembro da frase de um amigo meu, o cineasta argentino Fernando Birri, dita quando estávamos em Cartagena das Índias, na universidade, conversando com estudantes. Um dos estudantes perguntou para o Fernando: para que serve a utopia. Ele respondeu: "Eu me faço essa pergunta todos os dias. O que eu posso dizer é que, para mim, a utopia está no horizonte. Eu sei perfeitamente que nunca a alcançarei. Se eu caminho dois passos, ela se afasta dois passos. Se eu dou dez passos, ela fica dez passos mais distantes. Para que ela serve então? Para caminhar". Eu sempre achei que essa é a melhor resposta possível para explicar por que ainda existe gente que é capaz de viver além da infâmia, de não confundir o tempo presente com o destino. Gente capaz de manter a certeza viva de que amanhã o mundo pode ser diferente do que é hoje.

Para mim, transformar a utopia em ações concretas exige uma identidade indissolúvel entre os fins e os meios. O que é a utopia? O fim, o objetivo final, aquilo que está além das visões. Os meios têm que ter uma identidade inconfundível com os objetivos que a gente se propõe conquistar. A maneira de chegar até esses objetivos, passo a passo, consciência a consciência, casa a casa, precisa manter a identidade daquilo que você faz com aquilo que você quer fazer. Porque às vezes, em nome do realismo, o cinismo vira uma sorte de destino inaceitável. Eu sou condenado a aceitar a realidade porque não posso mudá-la. Não é assim. Não vemos a realidade como um destino. Vemos a realidade como um desafio. Ela está nos desafiando. Agora, a definição de quais são os meios para enfrentá-la é um ponto mais complicado. Você pode cair na tentação de começar a trair demais os seus objetivos em nome de seus objetivos imediatos, perdendo de vista a sua própria imagem. Você procura você no espelho e não percebe que não está lá.

REFERÊNCIAS

- ANFAVEA. **Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira** – Edição 2007 Estatísticas. Disponível em: <www.anfavea.com.br>.
- BNDES. **Visão do Desenvolvimento**. n. 27. Abril de 2007.
- CARDOSO JR., J. C.; GONZALEZ, R. **Salário Mínimo e Mercado de Trabalho: possíveis efeitos benéficos de uma política de valorização e de fortalecimento institucional do salário mínimo**. In: PELIANO, Anna. (org.). **Desafios e Perspectivas da Política Social**. Brasília: Ipea. Dez. 2006. (Texto para Discussão, n. 1248).
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **Capitalismo Tardio**. Tese (Doutorado) IFCH/Unicamp, 1975.
- CASTRO-SANTOS, L. A. **Os Significados da Saúde: uma leitura de Aubrey Lewis-Physis**. *Revista Saúde Coletiva*, v.8, n.1. Rio de Janeiro, 1998.
- CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**, 2006.
- CEPAL. **Estudio económico de América Latina y el Caribe**, 2006-2007.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CNT/CEST/SENAT. **Pesquisa Rodoviária CNT**. 2006. Disponível em: <www.cnt.org.br>.
- COUTINHO, Luciano. **Investimentos e mercado de capitais: a transição para o longo prazo**. *Revista do BNDES • Visão do Desenvolvimento*, n. 39, novembro de 2007.
- DROR, Y. **A Capacidade de Governar**. São Paulo: Ed. Fundap, 1999.
- ELETROBRÁS/CEPEL. **Atlas do Potencial Eólico Brasileiro**. Brasília, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Ed.70, 2005.
- FIORI, José Luis. **O Vôo da Coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1995.
- FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.
- GARCIA, Ronaldo C. **Capacidade de Governar: observações pontuais e sugestões tópicas para a Presidência da República**. Brasília: CC/PR, março de 2004.
- GARCIA, Ronaldo. C. **Considerações Sobre a Consistência e a Direcionalidade das Ações Governamentais**. In: PELIANO, Anna. (org.). **Desafios e Perspectivas da Política Social**. Brasília: Ipea, dez. 2006. (Texto para Discussão, n. 1248).
- IBGE. **Pesquisa Industrial**. Vol.24, n. 2. 2005.
- _____. **Indicadores, Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor**. INPC/IPCA. Dezembro de 2006.
- IEDI. **O Comércio Exterior Brasileiro em 2006**. São Paulo, 2007/a/.
- _____. **Mudança Estrutural e Produtividade Industrial**. São Paulo. Novembro de 2007/b/.

_____. **Comércio Exterior: conjuntura e estrutura.** Carta IEDI, 01/02/2008. Disponível em: <www.iedi.org.br>.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** n. 14. Brasília: Ipea/Disoc, 2007. (citado como BPS 14).

IPEA/IBGE/FJP/PNUD. **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida.** Brasília, 1996.

LESSA, Carlos. **A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso.** 1ª Ed. Campinas: Unicamp, 1998.

MARTINS, Luciano. **Nação e Corporação Multinacional.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília:UNESCO, 2000.

SEDES/PR. Anais da Mesa Redonda. **Diálogo Social, uma alavanca para o desenvolvimento.** Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Brasília: Agosto de 2004.

TAVARES, M^a da Conceição.; FIORI, J. Luis. **(Des) Ajuste Global e Modernização Conservadora.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

TUCHMAN, Bárbara. **A Marcha da Insensatez.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1989.

Jornal Valor Econômico.

Jornal Folha de São Paulo.

Revistas Carta Capital.

Revista Teoria e Debate.

<www.anfavea.com.br>.

<www.bcb.gov.br/?SISMETAS>.

<www.iedi.org.br>.

<www.cnt.org.br>.

SIGLAS

Bacen ou BC	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
BR Distribuidora	Petrobras Distribuidora S.A.
CEF	Caixa Econômica Federal
Ceme	Central de Medicamentos
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cobal	Companhia Brasileira de Alimentos
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
Docegeo	Rio Doce Geologia e Mineração S.A.
Docenave	Navegação Vale do Rio Doce S.A.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Eletrosul	Centrais Elétricas S.A.
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EmbraturEmpresa	Brasileira de Turismo
Finam	Fundo de Investimento da Amazônia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Finor	Fundo de Investimentos do Nordeste
GEIPOT	Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inan	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Inpi	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Interbrás	Petrobras Comércio Internacional
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Itaipu Binacional	Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional
Nuclebrá	Equipamentos Pesados S.A.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
Portobrás	Empresa de Portos do Brasil S. A.
Sema	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
Siderbras	Siderurgia Brasileira S.A.
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste
Sudesul	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
Susep	Superintendência de Seguros Privados

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Andrea Bosle de Abreu

Revisão e Editoração

Equipe Editorial

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares